

HISTÓRIA COMPARADA

IMPÉRIOS - VOLUME 10

Impérios, revoluções, industrialização e novas colonizações

Reformas, emancipações e transformações do trabalho

Américas, África, Europa, Ásia e Pacífico - soberania, trabalho e transformação

Américas, África, Europa, Ásia e Pacífico (c. 1700-1850 d.C.) | Edição Definitiva 2026

Texto original com referências acadêmicas, atividades e roteiro de estudo

Leonel Edmundo Junior

Apresentação

Este décimo volume acompanha um século e meio no qual impérios antigos se ampliaram, reformaram ou fragmentaram, revoluções alteraram linguagens de soberania e a industrialização começou a mudar a relação entre energia, produção, guerra e território. Entre 1700 e 1850, o império Qing alcançou sua maior extensão; poderes marathas ocuparam o espaço deixado pela crise mogol; a Companhia Inglesa das Índias Orientais transformou privilégios comerciais em governo territorial; otomanos, russos, iranianos e egípcios reorganizaram exércitos e receitas; estados africanos seguiram trajetórias próprias diante de novas pressões comerciais; e as Américas foram atravessadas por revoluções, independências, escravidão, expansão territorial e resistência indígena.

O período não pode ser resumido como uma passagem automática de impérios para nações. A independência dos Estados Unidos preservou a escravidão e intensificou a colonização de territórios indígenas. A Revolução Francesa proclamou direitos universais, mas seus significados foram disputados por mulheres, trabalhadores, colonizados e pessoas escravizadas. A Revolução Haitiana destruiu a ordem escravista de Saint-Domingue e criou um Estado independente, demonstrando que a liberdade atlântica não podia ser compreendida apenas a partir de capitais europeias. As independências hispano-americanas e a separação do Brasil de Portugal combinaram guerra, crise dinástica, projetos locais e continuidade social.

Industrialização não é sinônimo de invenção isolada nem de superioridade cultural. Na Grã-Bretanha, carvão acessível, capital, instituições, comércio, trabalho, conhecimentos artesanais, agricultura, império e mercados atlânticos se combinaram de forma historicamente específica. Algodão cultivado por pessoas escravizadas nos Estados Unidos e tecidos, técnicas e mercados asiáticos pertencem à mesma história das fábricas britânicas. Outras regiões possuíam manufaturas complexas e inovaram por caminhos diferentes; a divergência de renda e poder tornou-se mais visível gradualmente, não estava concluída em 1700.

Novas colonizações cresceram antes do reparto formal da África do fim do século XIX. A expansão russa atravessou Sibéria, Cáucaso e estepe; colonos e governos avançaram na América do Norte, Austrália, Nova Zelândia, África austral e outras fronteiras; a Grã-Bretanha consolidou poder na Índia e impôs concessões à China depois da Guerra do Ópio. Colônia, protetorado, companhia, tratado, assentamento e ocupação militar não eram formas idênticas. O volume distingue reivindicação cartográfica, presença costeira, arrecadação e governo efetivo.

Autoria, pesquisa e uso editorial

O texto, a estrutura explicativa, as sínteses e as comparações deste volume foram redigidos originalmente para esta coleção. Texto, organização e edição: Leonel Edmundo Junior. Pesquisa histórica baseada na bibliografia indicada. Apoio de pesquisa e redação: inteligência artificial. O material pode ser adaptado para estudo, aulas, blog, roteiro, vídeo ou podcast, preservando referências, créditos e licenças de imagens e distinguindo evidência, interpretação e hipótese.

Pergunta central

Como revoluções políticas e produtivas transformaram soberania, trabalho e relações entre impérios entre 1700 e 1850, enquanto formações antigas se adaptavam, se fragmentavam ou se expandiam e novas colonizações criavam desigualdades duradouras?

Como usar este volume

Os capítulos 1 e 2 apresentam método, evidências e o mundo policêntrico de 1700. Os capítulos 3 a 9 acompanham Qing e Ásia oriental, Sul da Ásia, impérios islâmicos, Rússia, poderes africanos e o sistema escravista atlântico. Os capítulos 10 a 13 examinam Iluminismos, reformas, revoluções e independências. Os capítulos 14 a 16 tratam industrialização, colonização de povoamento e a abertura coerciva da China. O capítulo 17 compara o mundo de 1850. Os apêndices oferecem cronologia, quadros de coexistência, matrizes, glossário, laboratório de fontes e oficina para blog.

Cada capítulo pergunta: quais fontes sustentam a reconstrução; como a autoridade era financiada; que formas de trabalho eram mobilizadas; quem negociava ou resistia; como conexões intercontinentais alteravam escolhas; e qual o nível de segurança da explicação. Seguro indica convergência de evidências independentes; provável, a interpretação mais forte com alternativas relevantes; debatido, causalidade, cronologia ou escala ainda disputadas.

Convenções

O intervalo 1700-1850 é analítico. Processos não começam nem terminam nas mesmas datas: a expansão Qing vinha do século XVII; industrializações prosseguiram depois de 1850; abolição legal não encerrou coerção; e independência política não garantiu igualdade social. Datas representam decisões, guerras ou leis, mas mudanças institucionais podiam levar décadas.

Império designa uma formação que governa povos, territórios ou unidades políticas diferenciadas mediante hierarquias e soberanias sobrepostas. Nação, povo e raça são categorias históricas, não essências. O termo revolução é usado quando participantes e historiadores identificam ruptura relevante, sem supor que toda transformação foi total ou irreversível.

Escravidão, guerra, repressão e expulsão são reconhecidas como processos políticos e sociais sem descrição gráfica. Números do tráfico, perdas demográficas e produção industrial são estimativas dependentes de fontes e métodos. O texto evita rankings morais de civilizações e explicações em que tecnologia, clima, religião ou um indivíduo funcionam como causa única.

Princípio editorial: Modernidade não foi um pacote europeu recebido passivamente pelo restante do mundo. Foi um campo desigual de criações locais, apropriações, coerções e conexões, no qual diferentes sociedades produziram respostas próprias.

Sumário

Apresentação.....	2
Mapa dos 14 volumes da coleção.....	5
1. Evidências, escalas e problemas de periodização.....	6
2. O mundo em 1700: expansão sem centro único.....	8
3. Império Qing: auge territorial, população e fronteiras.....	10
4. Tokugawa, Joseon e mares da Ásia oriental.....	12
5. Sul da Ásia: crise mogol, poderes marathas e governo de companhia.....	14
6. Otomanos, Egito e Irã: reformas dentro de ordens imperiais.....	16
7. Rússia: império continental, servidão e fronteiras.....	18
8. Poderes africanos e economias em transformação.....	20
9. Escravização atlântica, resistência e abolições.....	22
10. Iluminismos, reformas e esfera pública.....	24
11. Revoluções atlânticas: Estados Unidos, França e Haiti.....	26
12. Independências na América Latina e no Brasil.....	28
13. Napoleão, restauração e revoluções europeias.....	30
14. Industrialização: energia, fábricas, trabalho e ambiente.....	31
15. Colonização de povoamento e soberanias indígenas.....	34
16. Qing, comércio do ópio e tratados desiguais.....	36
17. Comparação final: o mundo por volta de 1850.....	37
Apêndice A. Cronologia analítica.....	39
Apêndice B. Quadros de coexistência.....	44
Apêndice C. Matrizes comparativas.....	46
Apêndice D. Glossário essencial.....	48
Apêndice E. Laboratório de fontes e atividades.....	50
Bibliografia comentada.....	53
Fontes digitais, cursos, aulas e documentários sérios.....	59
Roteiro de estudo em oito semanas.....	62

Mapa dos 14 volumes da coleção

A coleção principal percorre mais de quatro milênios de história imperial. Os recortes abaixo são pontos de observação comparativa: processos atravessam as fronteiras entre volumes e, quando necessário, os livros se sobrepõem deliberadamente.

Volume	Recorte	Função no percurso da coleção
1	Fundamentos	Como surgem, funcionam e se transformam: método comparativo, poder, administração, economia, legitimidade, resistência e transformação.
2	c. 2350-539 a.C.	Primeiros impérios da Antiguidade: Mesopotâmia, Egito, Anatólia e Levante.
3	c. 559-30 a.C.	Da Pérsia aos reinos helenísticos: Aquemênidas, Alexandre, sucessores e conexões mediterrânicas e asiáticas.
4	c. 30 a.C.-300 d.C.	Roma, Pártia, Han e Cuchana: impérios conectados entre Mediterrâneo, Irã, Índia e China.
5	c. 224-650	Roma tardia, Sassânidas, Guptas e confederações das estepes: transformação da ordem antiga.
6	c. 600-1000	Califados, Bizâncio, Tang e novas formações imperiais: universalidades, fragmentação e redes.
7	c. 1000-1300	Song, sultanatos, cruzadas e expansão mongol: muitos centros e conexões afro-eurasiáticas, com comparação americana.
8	c. 1300-1500	Da fragmentação mongol às novas potências: epidemias, redes globais e recomposição política.
9	c. 1500-1700	Conexões oceânicas e impérios da primeira modernidade: conquista, comércio, trabalho forçado e resistência.
10	c. 1700-1850	Impérios, revoluções, industrialização e novas colonizações: reformas, emancipações e transformação do trabalho.
11	c. 1850-1914	Industrialização, nacionalismos e imperialismo de alta intensidade: conquistas, migrações e resistências.
12	c. 1914-1945	Guerras mundiais, revoluções e crise dos impérios: fascismos, colonialismos e autodeterminação.
13	c. 1945-1991	Descolonização, Guerra Fria e novos imperialismos: superpotências, revoluções e soberanias incompletas.
14	c. 1991-2026	Globalização, ordem unipolar e impérios em rede: intervenções, finanças, tecnologia e novas rivalidades.

Nota de periodização: os limites entre volumes não são “paredes” cronológicas. Sobreposições preservam continuidade quando uma transformação pertence simultaneamente ao encerramento de uma ordem e à formação de outra.

1. Evidências, escalas e problemas de periodização

1.1 Por que 1700-1850 não é uma marcha inevitável

Visto retrospectivamente, o período parece conduzir à indústria britânica, aos Estados nacionais e ao imperialismo do século XIX. Essa visão transforma resultados em causas. Em 1700, o império Qing, o império Otomano e a formação mogol administravam populações, receitas e circuitos comerciais de enorme escala. Companhias europeias possuíam enclaves asiáticos, não um direito histórico ao domínio continental. Nenhum observador podia prever com segurança a combinação posterior entre indústria, finanças, poder naval e colonização.

Uma periodização global precisa trabalhar com temporalidades sobrepostas. Revoluções atlânticas concentraram-se entre as décadas de 1770 e 1820; a mecanização têxtil britânica acelerou em fins do século XVIII; a soberania da Companhia Inglesa na Índia cresceu depois de 1757; a pressão militar sobre Qing tornou-se decisiva em 1839-1842. No mesmo intervalo, Tokugawa, Joseon, Sokoto, Asante, Omã-Zanzibar, Egito de Muhammad Ali e muitos outros poderes seguiram cronologias próprias.

O método não pergunta quem chegou primeiro à modernidade. Pergunta quais capacidades mudaram, quem pagou seus custos, que conexões as tornaram possíveis e que alternativas permaneceram abertas.

1.2 Arquivos revolucionários e linguagem política

Constituições, declarações, atas, jornais, panfletos, petições e correspondência permitem acompanhar a circulação de palavras como liberdade, cidadão, representação e nação. Esses termos não tinham sentido único. Propriedade podia ser apresentada como direito universal enquanto pessoas escravizadas eram tratadas como propriedade; cidadania podia excluir mulheres, indígenas, trabalhadores sem renda e populações coloniais.

Arquivos parlamentares franceses registram debates intensos, mas concentram vozes que chegaram às instituições. Petições de mulheres, clubes, sociedades antiescravistas, assembleias coloniais, comunidades rurais e soldados ampliam o campo. No Haiti, proclamações de líderes, documentos administrativos, testemunhos de refugiados e registros coloniais foram produzidos por agentes com objetivos conflitantes. Ler revoluções exige comparar programa declarado, aplicação local e grupos excluídos.

Constituições não descrevem sozinhas uma sociedade. Elas mostram projetos, compromissos e limites jurídicos. O historiador verifica como tribunais, autoridades municipais, exércitos, proprietários e comunidades interpretaram o texto.

1.3 Censos, contas e a ilusão da precisão

Estados e companhias ampliaram levantamentos de população, terra, comércio e receita. Cadastros da Companhia na Índia, revisões fiscais otomanas, censos coloniais, registros alfandegários e estatísticas de fábricas ajudam a medir mudanças. Entretanto, categorias eram instrumentos de governo. Uma população podia ocultar pessoas móveis; uma casta podia reunir identidades diferentes; um trabalhador podia alternar agricultura, artesanato e salário.

Contas comerciais seguem bens registrados, não todo o comércio. Contrabando, produção doméstica e redes informais deixam rastros fragmentários. Séries de preços exigem conversão de moedas, pesos e qualidade dos produtos. Estimativas de renda anteriores a estatísticas nacionais são reconstruções, e divergências pequenas não devem sustentar conclusões enormes.

Números são indispensáveis quando acompanhados de intervalo, unidade e procedência. Dizer que uma produção cresceu é diferente de afirmar que todos ficaram mais ricos.

1.4 Máquinas, objetos e paisagens

Patentes e desenhos técnicos registram invenções, mas não provam uso disseminado. Uma máquina só transforma produção quando encontra energia, manutenção, trabalhadores, matéria-prima, crédito, demanda e infraestrutura. Arqueologia industrial, edifícios, canais, minas, oficinas e resíduos revelam a diferença entre projeto e operação.

Tecidos são fontes globais. Fibras, padrões, corantes, selos e técnicas conectam consumidores africanos, algodão americano, tecelões indianos, comerciantes asiáticos e fábricas europeias. Objetos copiados ou adaptados não indicam mera imitação; mostram aprendizagem e disputa de mercado.

Paisagens registram cercamentos, plantações, desmatamento, mineração, cidades e estradas. Seus efeitos foram socialmente distribuídos. O carvão aumentou energia disponível e poluição; canais reduziram custos de transporte e deslocaram usos da água; expansão agrícola podia significar riqueza para proprietários e perda de acesso comum para camponeses.

1.5 Vozes subalternas e mediação

Pessoas escravizadas, trabalhadores, indígenas e camponeses aparecem frequentemente em fontes produzidas por quem os governava. Processos, anúncios de fuga, listas de bordo, contratos, relatos missionários e inquéritos parlamentares preservam informações, mas enquadram indivíduos por categorias externas. O método deve identificar a situação de fala e evitar transformar uma pessoa em exemplo de milhões.

Narrativas publicadas por antigos escravizados e depoimentos abolicionistas são centrais, embora tenham sido editados, traduzidos ou moldados por públicos específicos. Tradições orais africanas e indígenas registram genealogias, migrações e memória política; precisam ser estudadas em suas variantes, performance e contexto, não classificadas como folclore sem valor documental.

Ler contra o arquivo não autoriza inventar. Significa formular perguntas sobre silêncios, comparar gêneros e declarar os limites da inferência.

1.6 Comparar capacidades e custos

Este volume compara cinco capacidades: extrair receita, mobilizar trabalho, transportar força, classificar populações e legitimar autoridade. A mesma capacidade podia ser construída por impostos, monopólios, dívida, escravização, servidão, recrutamento, contrato ou cooperação comunitária. Seus custos eram distribuídos de maneira desigual.

Também compara intermediários. Zamindares, nobres, chefes, conselhos, comerciantes, oficiais, companhias, missionários e comunidades locais traduziam ordens. Governar à distância dependia dessa mediação; intermediários podiam ampliar o poder central e limitar sua aplicação.

Fonte	Potencial analítico	Limite frequente	Cruzamento recomendado
Constituição ou lei	Projeto de soberania e direitos	Confundir norma com prática	Processos, eleições, petições e aplicação local
Conta ou censo	Escala, receita e tendência	Categorias fiscais incompletas	Amostras locais, arqueologia e séries independentes
Máquina ou patente	Conhecimento técnico	Presumir difusão imediata	Produção, energia, manutenção e salários
Narrativa pessoal	Experiência e linguagem	Generalização indevida	Contexto editorial e outras trajetórias

Fonte	Potencial analítico	Limite frequente	Cruzamento recomendado
Mapa imperial	Reivindicação e informação espacial	Pintar pretensão como controle	Fortes, impostos, tratados e presença administrativa

Mito versus evidência: Mito: depois de 1750 a superioridade europeia explica todos os resultados. Evidência: vantagens foram setoriais, cumulativas e desiguais; dependeram de recursos imperiais, alianças, trabalho coercivo e decisões de sociedades não europeias.

Leituras-base do capítulo: Sebastian Conrad, *What Is Global History?*; Jürgen Osterhammel, *The Transformation of the World*; Kenneth Pomeranz, *The Great Divergence*; C. A. Bayly, *The Birth of the Modern World*; Lauren Benton, *A Search for Sovereignty*; Frederick Cooper, *Colonialism in Question*.

2. O mundo em 1700: expansão sem centro único

2.1 Grandes formações e soberanias graduadas

Em 1700, Qing governava a China e expandia-se pela Ásia interior. O império Mogol ainda era extenso, embora conflitos sucessórios, campanhas no Decão e disputas fiscais pressionassem o centro. Otomanos preservavam vastos territórios nos Bálcãs, Anatólia, Levante, Egito e norte africano. Safávidas enfrentavam tensões que culminariam na queda de Isfahan em 1722. A Rússia de Pedro I começava nova fase de guerra e reforma.

Na África, Asante consolidava-se na região florestal da África ocidental; Oyo, Dahomey, Etiópia, Kongo, Ndongo-Matamba, estados do Sahel e cidades suaílis integravam redes diferentes. No Sudeste Asiático, Ayutthaya, Vietnã, sultanatos malaio e poderes insulares negociavam com comerciantes asiáticos e europeus. Nas Américas, impérios coloniais ibéricos coexistiam com numerosos territórios indígenas autônomos e colônias britânicas, francesas e neerlandesas de alcance variável.

Mapas de cores contínuas escondem soberania graduada. Capitais controlavam melhor centros fiscais e corredores do que fronteiras distantes. Tributo, aliança, vassalagem, título e comércio autorizado não significavam administração uniforme.

2.2 População e economias asiáticas

China e Sul da Ásia reuniam grande parte da população e da produção manufatureira mundial. Tecidos indianos eram consumidos em África, Europa, Sudeste Asiático e Américas. Porcelana, seda e chá chineses atraíam prata. Mercadores chineses, armênios, indianos, árabes e outros operavam redes que companhias europeias não substituíram.

O crescimento populacional Qing no século XVIII foi acompanhado por expansão agrícola, migração, mercados e cultivo de produtos americanos como milho e batata-doce em certas áreas. A relação entre população e bem-estar variou regionalmente. No Japão Tokugawa, urbanização, alfabetização, comércio e especialização rural cresceram sob um regime que regulava mobilidade e hierarquia.

A Europa atlântica ampliava comércio e marinhas, mas não era economicamente homogênea. Comparar salários ou produtividade exige corrigir preços, composição familiar e trabalho doméstico; resultados dependem das regiões selecionadas.

2.3 Atlântico de plantações e impérios

Economias de açúcar, tabaco e outros produtos expandiram-se com trabalho escravizado. Saint-Domingue tornar-se-ia a colônia açucareira mais lucrativa do fim do século XVIII; Brasil, Caribe britânico, Cuba e outras regiões seguiram ritmos diferentes. O sistema dependia de captura e venda na África, transporte oceânico, crédito, seguros, navios, mercados e coerção colonial.

Pessoas africanas e seus descendentes não eram apenas força de trabalho. Criaram famílias, cultos, línguas, associações, mercados e estratégias de liberdade. Resistência variava de preservação cotidiana e fuga a revoltas e organização política. Reconhecer criação cultural não reduz a violência estrutural do sistema.

As coroas disputavam portos e ilhas porque receitas coloniais financiavam guerras. Contrabando e comércio entre impérios mostram que fronteiras mercantis nunca funcionaram como monopólios perfeitos.

2.4 Companhias e soberania delegada

Companhias inglesa e neerlandesa das Índias Orientais combinavam capital privado, cartas públicas, monopólio, diplomacia, tribunais, fortes e força naval. Ainda dependiam de autoridades e mercados asiáticos. A VOC controlava posições importantes, mas sofria custos, corrupção e concorrência; seria dissolvida em 1799. A EIC transformaria-se de comerciante sob soberania mogol em potência territorial, processo contingente e gradual.

No Atlântico, companhias receberam direitos sobre comércio e pessoas escravizadas. Cartas corporativas delegavam funções estatais, mas diretores, acionistas, governadores e agentes possuíam interesses distintos. A fronteira entre público e privado era produzida por leis, guerra e negociação, não um dado fixo.

Companhia-Estado é categoria analítica útil quando acompanhada de território, receita e capacidade militar concreta.

2.5 Guerra fiscal e dívida

Guerras europeias do século XVIII foram globais porque dinastias e companhias possuíam interesses na América, África e Ásia. A Guerra da Sucessão Espanhola, a Guerra dos Sete Anos e conflitos revolucionários envolveram frotas, colônias, aliados indígenas e tropas recrutadas em muitos lugares.

Estados financiaram guerra por impostos, dívida, bancos e contratos. A Grã-Bretanha desenvolveu capacidade de empréstimo e tributação que sustentou marinha e coalizões. Isso não eliminou limites: serviço da dívida, resistência fiscal e administração local condicionavam decisões. França também mobilizava recursos enormes, mas sua estrutura fiscal distribuía privilégios e dificultava reformas.

Fiscalidade não é simples medida de eficiência. É relação política sobre quem paga, quem empresta, quem administra e quem pode contestar.

2.6 Um equilíbrio sujeito a transformação

Em 1700, europeus possuíam vantagens oceânicas importantes e impérios coloniais nas Américas, mas não dominavam territorialmente a Ásia nem a maior parte da África. A combinação posterior entre revoluções fiscais, indústria, poder naval e recursos coloniais mudaria o equilíbrio. Mudança acumulada não significa destino inevitável.

Espaço c. 1700	Formação dominante	Conexão global	Límite decisivo
China e Ásia interior	Império Qing em expansão	Chá, seda, prata e diplomacia	Distâncias, fronteiras e governo multiétnico
Sul da Ásia	Império Mogol e poderes regionais	Têxteis, comércio e companhias	Guerra sucessória e negociação de receitas

Espaço c. 1700	Formação dominante	Conexão global	Limite decisivo
Mediterrâneo	Otomanos e rivais europeus	Cereais, café, peregrinação e guerra	Autonomias provinciais e fronteiras
Atlântico	Impérios coloniais concorrentes	Plantação, tráfico, crédito e marinha	Resistência, contrabando e guerra
África	Reinos, cidades e confederações diversas	Atlântico, Saara, mar Vermelho e Índico	Nenhuma autoridade continental única

Mito versus evidência: Mito: 1700 já marca uma economia mundial comandada pela Europa. Evidência: conexões atlânticas cresciam, mas produtores, Estados e consumidores asiáticos continuavam centrais e a autoridade europeia fora das Américas era descontinua.

Leituras-base do capítulo: John Darwin, *After Tamerlane*; C. A. Bayly, *The Birth of the Modern World*; Kenneth Pomeranz e Steven Topik, *The World That Trade Created*; Peer Vries, *Escaping Poverty*; Prasannan Parthasarathi, *Why Europe Grew Rich and Asia Did Not*; Jane Burbank e Frederick Cooper, *Empires in World History*.

3. Império Qing: auge territorial, população e fronteiras

3.1 Dinastia manchú e governo multiétnico

Qing não foi apenas continuação chinesa dos Ming. A casa Aisin Gioro governava por instituições manchus e chinesas, estandartes militares, burocracia civil, patronagem religiosa e linguagens diferentes para públicos diversos. Imperadores apresentavam-se como soberanos confucionistas na China, cãs em contextos mongóis e protetores do budismo tibetano em outras relações.

O sistema de exames e magistrados preservou práticas Ming, mas elites manchus mantiveram privilégios e organização própria. Essa combinação permitiu governar populações e territórios variados sem dissolvê-los numa identidade única. O termo sinicização é insuficiente quando sugere desaparecimento automático das instituições manchus.

Kangxi, Yongzheng e Qianlong tornaram-se símbolos de um longo século de expansão e estabilidade relativa, mas seus reinados dependeram de oficiais, soldados, aldeias, redes comerciais e autoridades fronteiriças.

3.2 Xinjiang, Mongólia e Tibete

Campanhas contra o Canato Zunghar e outras operações incorporaram amplos territórios da Ásia interior. A conquista de Xinjiang na década de 1750 alterou fronteiras, rotas e populações. O governo combinou guarnições, colônias militares, administração diferenciada e negociação com elites locais. Controle variava entre oásis, pastagens e corredores.

Na Mongólia, alianças e estruturas de bandeiras organizaram nobres e comunidades. No Tibete, patronagem religiosa, representantes imperiais e autoridades locais produziram soberania sobreposta. Projetar fronteiras atuais para o século XVIII apaga gradações e mudanças.

A expansão foi imperial: mobilizou guerra, deslocamento, tributação e classificação. Descrivê-la como simples reunião nacional é anacrônico; tratá-la como ocupação europeia idêntica também ignora instituições específicas.

3.3 População, migração e abastecimento

A população Qing cresceu intensamente no século XVIII e início do XIX, embora números exatos sejam debatidos. Paz relativa em muitas regiões, expansão de áreas cultivadas, novas culturas e mercados contribuíram. Migrações levaram famílias a Sichuan, sudoeste, Taiwan e fronteiras, frequentemente em territórios de outros povos.

O Estado mantinha celeiros, transporte pelo Grande Canal e mecanismos de socorro que podiam reduzir crises, mas funcionavam de maneira desigual. Pressão sobre terra, arrendamentos, dívida e conflito local cresceram em certas regiões. A imagem de uma explosão populacional que sozinha produziu crise elimina instituições e desigualdade.

Mercados rurais e urbanos integravam grãos, algodão, seda e artesanato. Trabalho doméstico feminino era central para tecidos e renda familiar, embora registros fiscais o tornem menos visível.

3.4 Comércio de Cantão e missão Macartney

O sistema de Cantão regulava comércio europeu por um porto e comerciantes autorizados, sem significar que todo comércio marítimo chinês estivesse limitado a ele. Juncos e diásporas chinesas conectavam Sudeste Asiático; fronteiras terrestres mantinham outras rotas. Chá, seda e porcelana eram trocados por prata e mercadorias.

A missão britânica de Macartney em 1793 buscou ampliar representação diplomática e comércio. As respostas de Qianlong afirmaram uma ordem imperial que não aceitava as demandas britânicas nos termos apresentados. O episódio não deve ser caricaturado como choque entre China imóvel e Europa moderna: ambos os lados possuíam protocolos, interesses e informações incompletas.

O desequilíbrio comercial britânico seria enfrentado por crescente venda de ópio produzido sob domínio da Companhia na Índia, criando uma conexão coerciva entre territórios asiáticos.

3.5 Rebeliões e capacidade estatal

Rebeliões do Lótus Branco entre 1796 e 1804 revelaram tensões fiscais, religiosas e militares. Campanhas custosas fortaleceram milícias locais e expuseram problemas de comando. Corrupção e venda de cargos existiam, mas não explicam sozinhas mudanças de um império de enorme escala.

Comunidades secretas, movimentos religiosos e protestos rurais não formavam oposição nacional unificada. Motivações variavam. Governos locais negociavam, investigavam e reprimiam; elites comunitárias podiam apoiar autoridades ou rebeldes conforme circunstâncias.

O início do século XIX trouxe dificuldades reais, sem justificar uma narrativa de decadência contínua desde Qianlong. O império continuou a arrecadar, nomear oficiais e governar até enfrentar pressão externa e rebeliões maiores depois de 1850.

3.6 Interpretações e limites

Historiadores discutem se o século XVIII Qing deve ser visto como prosperidade, comercialização intensiva, pressão malthusiana ou combinação regional. Nenhum indicador resolve a questão. Salários urbanos, consumo, mortalidade, terra e capacidade fiscal precisam ser comparados com unidades equivalentes.

Mecanismo	Instrumento Qing	Resultado	Limite
Governo civil	Exames, magistrados e elites locais	Continuidade administrativa	Informação filtrada e poucos oficiais por habitante
Fronteira	Guarnição, bandeiras e autoridades diferenciadas	Expansão multiétnica	Custos, distância e soberania graduada

Mecanismo	Instrumento Qing	Resultado	Limite
Abastecimento	Celeiros, canal e mercado de grãos	Capacidade de resposta regional	Corrupção, clima e desigualdade local
Comércio externo	Portos, cohong e tarifas	Receita e controle de estrangeiros	Contrabando e pressão britânica crescente
Legitimação	Confucionismo, culto manchu e patronagem tibetana	Soberania para públicos distintos	Não cria identidade imperial uniforme

Mito versus evidência: Mito: Qing recusou o comércio e por isso ficou isolado. Evidência: comércio interno e asiático era amplo; o governo regulou canais estrangeiros específicos e rejeitou exigências diplomáticas britânicas, decisão diferente de isolamento total.

Leituras-base do capítulo: William T. Rowe, *China's Last Empire*; Peter C. Perdue, *China Marches West*; Pamela Kyle Crossley, *A Translucent Mirror*; R. Bin Wong, *China Transformed*; Kenneth Pomeranz, *The Great Divergence*; James A. Millward, *Eurasian Crossroads*.

4. Tokugawa, Joseon e mares da Ásia oriental

4.1 Ordem Tokugawa e domínios daimyo

O xogunato Tokugawa governava por uma estrutura composta. O xogum controlava relações externas, grandes cidades, terras e vassalos diretos; daimyo administravam domínios com receitas e políticas próprias. Residência alternada, casamentos regulados e obrigações de serviço limitavam autonomia sem eliminar governos regionais. Imperador e corte de Kyoto preservavam autoridade ritual.

Camponeses eram registrados em aldeias responsáveis por impostos, geralmente calculados em arroz. Mercados e pagamentos monetários cresceram, tornando a imagem de um feudalismo imóvel inadequada. Comerciantes financiaram samurais e domínios; reformas tentaram equilibrar despesas, dívidas e preços. Status jurídico não descrevia perfeitamente ocupação ou riqueza.

Conflito social persistiu por petições, fugas, protestos e levantes. A estabilidade Tokugawa era produzida por administração, negociação comunitária e coerção, não por harmonia automática.

4.2 Urbanização, impressão e conhecimento

Edo, Osaka e Kyoto eram centros urbanos de grande escala. Redes de estradas, correios, hospedarias e transporte costeiro integravam domínios. Editoras produziram literatura, guias, mapas e manuais; escolas de templos e domínios ampliaram alfabetização em níveis desiguais.

Conhecimento confucionista, estudos nativistas, medicina, astronomia e saberes holandeses coexistiram. A tradução por Nagasaki permitiu acesso seletivo a livros, instrumentos e práticas europeias. Sakoku, rótulo posterior para restrições marítimas, não significou país fechado: relações com neerlandeses, chineses, Coreia, Ryukyu e Ainu foram reguladas por canais distintos.

O Japão não aguardava uma abertura externa para mudar. Comercialização, educação e especialização rural criaram capacidades que seriam reutilizadas depois de 1850.

4.3 Ryukyu, Ainu e soberania de fronteira

O reino de Ryukyu manteve corte própria e relações tributárias com Qing depois de sua subordinação ao domínio japonês de Satsuma em 1609. Essa posição dupla facilitou comércio e diplomacia. Documentos podiam ocultar controle de Satsuma para preservar protocolos com a China.

No norte, comunidades Ainu negociavam peles, peixe e outros produtos com comerciantes japoneses. Matsumae monopolizou canais e ampliou assentamentos e coerção econômica. Revoltas e fugas mostram que a incorporação não foi pacífica nem completa. Mapas que tratam Hokkaido como território japonês uniforme em 1700 projetam soberania posterior.

Essas fronteiras mostram como impérios podiam governar por intermediários, tributo e comércio sem administração homogênea.

4.4 Joseon: burocracia, linhagem e crise

Joseon governava a Coreia por monarquia, burocracia confucionista e elites yangban. Exames, academias e genealogias organizavam prestígio, mas facções políticas e diferenças regionais eram importantes. Aldeias, famílias e magistrados mediavam impostos e trabalho.

Depois das invasões dos séculos XVI e XVII, reconstrução econômica e debates intelectuais marcaram o século XVIII. Pensadores associados a tendências chamadas Silhak estudaram agricultura, administração e conhecimento prático, mas não formaram um partido moderno único. Reis Yeongjo e Jeongjo buscaram equilibrar facções e fortalecer instituições.

Comércio com Qing e contatos via Japão continuaram. A ideia de reino isolado apaga diplomacia, circulação de livros e mercadorias e o lugar da Coreia numa ordem regional.

4.5 Vietnã e Sudeste Asiático continental

No Vietnã, senhores Trinh no norte e Nguyen no sul governavam sob a dinastia Le até a rebelião Tay Son, iniciada na década de 1770. O movimento derrubou autoridades regionais e enfrentou intervenção Qing; depois, Nguyen Anh formou a dinastia Nguyen em 1802. A trajetória reuniu guerra civil, mobilidade social, comércio e reconstrução dinástica.

Ayutthaya foi destruída por forças birmanesas em 1767, mas reinos tai reorganizaram-se sob Thonburi e Bangkok. Na Birmânia, a dinastia Konbaung expandiu-se e enfrentou Qing e, mais tarde, britânicos. Fronteiras continentais eram campos de guerra, migração e tributo, não linhas nacionais fixas.

Missionários e comerciantes europeus participaram dessas relações sem comandá-las. Armas e navios eram recursos dentro de estratégias locais.

4.6 Mares asiáticos e companhias

Batávia, Manila, Macau, Nagasaki e portos chineses conectavam prata, chá, tecidos, açúcar, especiarias e migrantes. A VOC perdeu dinamismo e foi dissolvida, mas comunidades e redes que operavam sob ou ao redor dela continuaram. Comerciantes chineses foram centrais no Sudeste Asiático, embora sujeitos a regulamentação e episódios de perseguição.

Pirata era categoria política usada para criminalizar rivais ou comércio não autorizado. Navios podiam alternar licença, contrabando e serviço estatal. O oceano era regulado por muitas soberanias sobrepostas.

Formação	Estrutura política	Conexão externa	Cuidado interpretativo
Tokugawa	Xogunato, domínios e aldeias	Nagasaki, Coreia, Ryukyu e comércio costeiro	Regulação marítima não equivale a isolamento
Joseon	Monarquia e elite letrada	Qing, Japão e circulação intelectual	Yangban não era classe uniforme
Ryukyu	Reino sob dupla subordinação	China, Satsuma e Sudeste Asiático	Soberania podia ser deliberadamente ambígua
Nguyen	Dinastia após guerras Tay Son	China, portos e redes regionais	Unificação não encerrou diversidade local
Konbaung	Monarquia expansionista	Qing, Índia e Sudeste Asiático	Guerra britânica não resume sua história

Mito versus evidência: Mito: Japão e Coreia ficaram fechados até serem despertados pelo Ocidente. Evidência: ambos mantiveram canais externos regulados e transformações internas profundas em comércio, educação, conhecimento e governo.

Leituras-base do capítulo: Marius Jansen, *The Making of Modern Japan*; Mary Elizabeth Berry, *Japan in Print*; Ronald Toby, *State and Diplomacy in Early Modern Japan*; JaHyun Kim Haboush, *The Confucian Kingship in Korea*; Alexander Woodside, *Vietnam and the Chinese Model*; Victor Lieberman, *Strange Parallels*.

5. Sul da Ásia: crise mogol, poderes marathas e governo de companhia

5.1 Depois de Aurangzeb

A morte de Aurangzeb em 1707 abriu nova disputa sucessória, mas não produziu desaparecimento instantâneo do império Mogol. O título imperial, a moeda, a língua administrativa, os mansabs e direitos de receita continuaram a organizar legitimidade. Governadores, chefes militares, banqueiros e zamindares buscaram maior autonomia enquanto ainda negociavam em nome do imperador.

Hyderabad, Bengala e Awadh tornaram-se estados regionais poderosos. Sikh, Jat, Rajput e outras formações perseguiram objetivos próprios. A invasão de Nadir Shah e o saque de Delhi em 1739 revelaram vulnerabilidade e redistribuíram recursos, mas o centro mogol permaneceu politicamente relevante.

Fragmentação não significa anarquia. Novas cortes financiaram cultura, exércitos e administração; redes comerciais e agrícolas continuaram.

5.2 Confederação maratha

O poder maratha cresceu por campanhas, tributos, fortificações e negociação com elites locais. O peshwa em Pune ganhou proeminência, enquanto casas como Holkar, Scindia, Gaekwad e Bhonsle controlavam regiões e exércitos. Chamar o conjunto de Estado nacional maratha projeta categoria posterior; confederação e soberanias compartilhadas descrevem melhor sua variedade.

A cobrança de chauth e outros direitos dependia de acordos e capacidade militar. Cavalaria favorecia mobilidade, mas exércitos também adotaram infantaria, artilharia e especialistas de origens diversas. A derrota em Panipat em 1761 diante de Ahmad Shah Durrani foi grave, não o fim da influência maratha.

Rivalidades internas e guerras com a Companhia Inglesa moldariam o equilíbrio até a derrota de 1818.

5.3 Bengala e Plassey

Bengala era região rica em agricultura, tecidos e comércio. A Companhia Inglesa possuía privilégios e assentamentos sob autoridade mogol. Conflitos entre o nawab Siraj ud-Daulah, a Companhia, banqueiros e grupos de corte culminaram em Plassey em 1757. A vitória britânica dependeu de conspiração e alianças, não apenas de superioridade militar.

Em 1765, a Companhia recebeu o diwani, direito de arrecadar receitas em Bengala, Bihar e Orissa em nome do imperador. Passou a financiar comércio e exército com recursos locais. A separação entre comerciante e soberano tornou-se cada vez menos sustentável.

A fome de Bengala de 1769-1773 teve causas ambientais e políticas. Colheitas ruins interagiram com tributação, mercados e capacidade de socorro. Números de mortalidade são debatidos; atribuir tudo a clima ou a uma decisão única simplifica uma crise complexa sob governo de companhia.

5.4 Exércitos de sipaios e alianças

A expansão da Companhia dependeu de soldados sul-asiáticos, chamados sipaios, oficiais europeus e numerosas forças auxiliares. Regimentos recrutavam em regiões e comunidades específicas, ofereciam pagamento e status e impunham disciplina. Lealdade era contratual e política, não evidência de aceitação popular do colonialismo.

Estados indianos contrataram especialistas, modernizaram artilharia e criaram exércitos de infantaria. Mysore sob Haidar Ali e Tipu Sultan desafiou a Companhia e buscou alianças externas. Guerras em Mysore, contra marathas e em outras regiões foram conflitos entre coalizões, não encontro simples de Europa e Índia.

Tratados subsidiários obrigavam aliados a manter tropas da Companhia e limitar política externa, forma de soberania indireta com custos fiscais crescentes.

5.5 Receita, propriedade e conhecimento colonial

O Permanent Settlement de Bengala em 1793 definiu zamindares como proprietários responsáveis por receita fixa, transformando relações anteriores sem criar propriedade simples em toda parte. Em Madras e outras áreas, sistemas ryotwari buscaram acordo direto com cultivadores; mahalwari operou por unidades coletivas. Nenhum modelo foi aplicado uniformemente.

Levantamentos, mapas, traduções, censos e classificações ajudaram a governar. Orientalistas estudaram línguas e leis; administradores transformaram textos selecionados em códigos de tradição hindu ou islâmica. Conhecimento colonial descrevia e reorganizava a realidade.

Artesãos e agricultores responderam por migração, negociação, diversificação e protesto. A pressão fiscal variava conforme colheita, crédito e intermediários.

5.6 Desindustrialização e debate

Tecelagem indiana enfrentou mudanças no século XVIII e início do XIX. A Companhia controlou contratos e exportações em algumas regiões; fábricas britânicas passaram a competir com tecidos mecanizados. Historiadores concordam que a participação indiana em manufaturas globais caiu ao longo do século XIX, mas discutem cronologia e peso de coerção, tarifas, salários, demanda e câmbio.

Desindustrialização não significa desaparecimento total do artesanato. Produtores adaptaram qualidade, mercado e organização familiar. Uma conclusão segura é que poder político e regras comerciais favoreceram fabricantes britânicos, enquanto regiões indianas suportaram custos de transição desiguais.

Etapa	Instrumento da Companhia	Dependência local	Resultado político
Comércio	Farman, feitoria e contrato	Governantes, banqueiros e produtores	Presença sob soberania asiática
Plassey	Aliança de corte e força armada	Conspiradores e financiamento bengali	Influência sobre o nawab
Diwani	Direito de arrecadar receita	Coletores, zamindares e aldeias	Governo territorial financiado localmente
Tratado subsidiário	Tropas e diplomacia controlada	Tesouro de estados aliados	Soberania indireta e dívida
Administração	Cadastro, tribunal e código	Escribas, intérpretes e elites	Estado colonial em expansão

Mito versus evidência: Mito: alguns milhares de britânicos conquistaram sozinhos a Índia. Evidência: a Companhia mobilizou receitas indianas, soldados sul-asiáticos, banqueiros, tratados e rivalidades; seu poder foi colonial, mas construído com recursos e intermediários locais.

Leituras-base do capítulo: C. A. Bayly, *Indian Society and the Making of the British Empire*; P. J. Marshall, *Bengal: The British Bridgehead*; Seema Alavi, *The Sepoys and the Company*; Robert Travers, *Ideology and Empire in Eighteenth-Century India*; Prasannan Parthasarathi, *Why Europe Grew Rich and Asia Did Not*; William Dalrymple, *The Anarchy*.

6. Otomanos, Egito e Irã: reformas dentro de ordens imperiais

6.1 O século XVIII otomano

O império Otomano não entrou em declínio linear depois de 1683. No século XVIII, arrecadação, comércio, vida urbana e poder provincial foram reorganizados. Contratos vitalícios de arrecadação, malikane, ligaram investidores e notáveis locais ao Estado. Famílias provinciais ampliaram influência, mas frequentemente governavam por títulos e recursos imperiais.

Istambul continuou grande centro político e comercial. Cafés, oficinas, mesquitas, igrejas, sinagogas, guildas e mercados estruturavam sociabilidade. Comunidades cristãs e judaicas possuíam instituições, diferenças jurídicas e redes transregionais; o sistema não deve ser idealizado como tolerância igualitária nem reduzido a perseguição constante.

As guerras com Rússia, Áustria e outros rivais pressionaram fronteiras e reformas, mas o império conservou capacidade de negociar e recompor províncias.

6.2 Selim III e Mahmud II

Selim III promoveu o Nizam-i Cedid, novo exército e receitas específicas. Reformas enfrentaram resistência de janízaros, corporações e grupos que temiam perda de direitos. A deposição de Selim mostrou que inovação militar era disputa distributiva, não escolha técnica neutra.

Mahmud II eliminou o corpo janízaro em 1826 e ampliou ministérios, escolas, uniformes e controle provincial. Reformas dependiam de especialistas, tradução e recursos fiscais. O Édito de Gülhane de 1839, marco do Tanzimat, prometeu segurança, tributação regular e recrutamento ordenado; sua aplicação seria gradual e desigual.

Tanzimat não começou do zero nem copiou simplesmente a Europa. Reuniu debates otomanos, crises militares e modelos estrangeiros selecionados.

6.3 Muhammad Ali no Egito

Depois da ocupação francesa de 1798-1801 e de disputas internas, Muhammad Ali consolidou-se como governador do Egito. Reorganizou exército, tributação, agricultura e manufaturas; enviou missões de estudo e utilizou especialistas europeus. Monopólios estatais buscaram controlar algodão e outras receitas.

O projeto exigiu recrutamento e trabalho compulsório, pesando sobre aldeias. Campanhas no Sudão, Arábia, Grécia e Síria ampliaram poder e custos. O Egito derrotou forças otomanas em etapas, mas intervenção britânica, austríaca, russa e prussiana em 1840 limitou sua expansão e preservou formalmente soberania do sultão.

Modernização egípcia produziu instituições duradouras e dependência, não uma simples história de progresso interrompido.

6.4 Grécia, Sérvia e autonomias

Revoltas sérvias no início do século XIX obtiveram autonomia por guerra, diplomacia e rivalidades imperiais. A Revolução Grega, iniciada em 1821, mobilizou comunidades locais, diásporas e sociedades secretas; recebeu apoio filhelênico e intervenção de potências europeias. A independência reconhecida criou um reino sob forte influência externa.

Nacionalismo não explica sozinho essas transformações. Religião, imposto, poder de notáveis, comércio, memória e oportunidade internacional interagiram. Nem todos os cristãos otomanos desejavam o mesmo futuro, e identidades nacionais foram construídas por escolas, igrejas, imprensa e guerra.

Autonomia e independência reduziram territórios otomanos sem produzir imediatamente Estados homogêneos.

6.5 Irã afshárida e qajar

A queda safávida em 1722 foi seguida pela ascensão de Nadir Shah, que reconstruiu força militar e realizou campanhas extensas. Depois de sua morte, disputas regionais abriram espaço para a dinastia Zand e, no fim do século, para os Qajar. Teerã tornou-se capital sob Agha Muhammad Khan.

O Estado Qajar governava por corte, tribos, governadores, arrecadação e autoridades religiosas. Guerras com a Rússia resultaram nos tratados de Gulistan, em 1813, e Turkmenchay, em 1828, com perdas territoriais no Cáucaso. Essas derrotas estimularam reformas militares, mas recursos limitados e competição de elites condicionaram alcance.

Irã permaneceu soberano, embora crescente pressão russa e britânica transformasse diplomacia e economia.

6.6 Reforma como conflito social

Reformas fiscais e militares transferiam custos. Recrutamento retirava trabalhadores, impostos financiavam quartéis, uniformes ameaçavam corporações, e centralização reduzia autonomia local. Resistência não prova irracionalidade; pode revelar defesa de direitos e sobrevivência.

Projeto	Objetivo declarado	Base material	Limite
Nizam-i Cedid	Novo exército otomano	Receita separada e treinamento	Oposição corporativa e crise política
Mahmud II	Centralização e força regular	Ministérios, escola e recrutamento	Províncias e custos sociais
Muhammad Ali	Exército e produção estatal	Monopólios, algodão e trabalho	Coerção rural e intervenção europeia

Projeto	Objetivo declarado	Base material	Limite
Qajar	Defesa do Cáucaso e da corte	Tributo, governadores e tropas	Receita limitada e pressão russa
Tanzimat	Regular lei, imposto e serviço	Burocracia e novas normas	Implementação lenta e desigual

Mito versus evidência: Mito: reformas islâmicas foram cópias tardias de um modelo europeu pronto. Evidência: governantes selecionaram técnicas externas dentro de debates próprios, e seus projetos mudaram relações entre corte, província, comunidade e contribuinte.

Leituras-base do capítulo: Donald Quataert, *The Ottoman Empire, 1700-1922*; Virginia Aksan, *Ottoman Wars*; Baki Tezcan, *The Second Ottoman Empire*; Khaled Fahmy, *All the Pasha's Men*; M. Şükrü Hanioglu, *A Brief History of the Late Ottoman Empire*; Abbas Amanat, *Iran: A Modern History*.

7. Rússia: império continental, servidão e fronteiras

7.1 Pedro I e a Grande Guerra do Norte

Pedro I reorganizou exército, marinha, administração e serviço de elites durante guerras prolongadas. A vitória contra a Suécia na Grande Guerra do Norte e a fundação de São Petersburgo ampliaram acesso ao Báltico. Tabelas de patentes, novos colégios e impostos buscaram ligar status ao serviço, sem abolir privilégio nobre.

Reformas foram financiadas por tributação, recrutamento e trabalho compulsório. Artesãos estrangeiros e russos, camponeses, soldados e comunidades fronteiriças sustentaram projetos. A narrativa do soberano que modernizou sozinho a Rússia apaga esses agentes e exagera ruptura com iniciativas anteriores.

Igreja ortodoxa foi subordinada a nova administração sinodal, mas religião continuou fonte de comunidade e dissidência.

7.2 Servidão, propriedade e indústria

Servidão vinculava camponeses a proprietários e comunidades por obrigações variadas. Senhores podiam exigir trabalho, pagamentos e controle de mobilidade; Estado tributava e recrutava. Práticas diferiam por região, e camponeses negociavam tarefas, migravam e recorriam a tribunais quando possível.

Mineração e metalurgia nos Urais cresceram com capital privado, encomendas estatais e trabalho servil ou coercivo. A Rússia tornou-se grande produtora de ferro no século XVIII. Isso mostra que indústria e trabalho livre não eram sinônimos. Mais tarde, o modelo enfrentou problemas de produtividade, transporte e investimento.

Mercados e manufaturas coexistiam com servidão. A relação entre coerção rural e crescimento deve ser analisada por setor.

7.3 Catarina II e governo provincial

Catarina II adotou linguagem iluminista, promoveu codificação e reorganizou províncias, mas ampliou posição da nobreza e preservou servidão. A revolta liderada por Pugachev, entre 1773 e 1775, reuniu cossacos, camponeses e outros grupos com demandas distintas; sua repressão fortaleceu preocupação do governo com fronteiras e administração.

A incorporação da Crimeia em 1783 enfraqueceu o canato aliado aos otomanos e expandiu colonização no mar Negro. Poloneses, tártaros, cossacos, judeus, ucranianos e muitos outros povos foram governados por regimes diferenciados.

As partilhas da Polônia-Lituânia entre Rússia, Prússia e Áustria eliminaram aquela comunidade política do mapa, mas não identidades e instituições locais.

7.4 Cáucaso, Sibéria e Alasca

Na Sibéria, tributo em peles, fortes, missionários, comerciantes e colonos avançaram por corredores fluviais. Povos indígenas negociaram, resistiram e sofreram pressões demográficas e econômicas. A Companhia Russo-Americana recebeu monopólios no Alasca e dependia do trabalho e conhecimento marítimo de comunidades locais.

No Cáucaso, tratados com Irã e guerras contra impérios e sociedades montanhesas ampliaram presença russa. Geórgia foi incorporada no início do século XIX; outras regiões permaneceram em conflito por décadas. Fronteira era processo de fortificação, aliança e colonização.

Expansão continental e marítima pertenciam ao mesmo império, embora administradas por instituições distintas.

7.5 1812, Viena e o império europeu

A invasão napoleônica de 1812 mobilizou exército, nobres, camponeses e logística em escala enorme. A retirada francesa e as campanhas seguintes elevaram a Rússia à posição central no Congresso de Viena. Alexandre I participou da construção de uma ordem que combinava restauração dinástica e alianças contra revolução.

Oficiais russos expostos a ideias constitucionais organizaram o movimento decembrista, reprimido em 1825. Nicolau I reforçou censura e polícia política, mas também ampliou burocracia e codificação. Autocracia era projeto administrativo, não ausência de instituições.

O império governava europeus, asiáticos e comunidades religiosas diversas por leis diferenciadas.

7.6 Limites antes de 1850

A Rússia possuía exército, território e recursos imensos, mas transporte, finanças e servidão criavam dificuldades. Comparar com a Grã-Bretanha apenas por produção industrial oculta vantagens russas em metalurgia anterior, agricultura, estratégia continental e capacidade militar.

Fronteira	Recurso ou objetivo	Agentes	Forma de governo
Báltico	Portos, marinha e comércio	Estado, nobres e estrangeiros	Província e cidade imperial
Estepe e Crimeia	Pastagem, segurança e mar Negro	Cossacos, tártaros, colonos e exército	Fortaleza, colonização e administração diferenciada
Sibéria	Peles, terra e rotas	Coletores, comerciantes e povos locais	Yasak, forte e missão
Cáucaso	Passagens e rivalidade com Irã e Otomanos	Exército, elites georgianas e sociedades montanhesas	Tratado, anexação e guerra de fronteira
Alasca	Peles marítimas	Companhia e comunidades indígenas	Monopólio corporativo distante

Mito versus evidência: Mito: Rússia era apenas um Estado europeu atrasado. Evidência: era um império eurasiático com capacidades militares e industriais próprias, sustentadas por coerção e diversidade regional; suas comparações mudam conforme o setor.

Leituras-base do capítulo: Nancy Shields Kollmann, *The Russian Empire, 1450-1801*; Dominic Lieven, *Empire*; Lindsey Hughes, *Russia in the Age of Peter the Great*; Janet Hartley, *Siberia*; Alexander Etkind, *Internal Colonization*; Willard Sunderland, *Taming the Wild Field*.

8. Poderes africanos e economias em transformação

8.1 África em suas próprias cronologias

Entre 1700 e 1850, sociedades africanas viveram crescimento urbano, expansão estatal, migração, reforma religiosa, guerra, comércio e criação cultural. Relações atlânticas foram importantes, mas não explicam todo o continente. Saara, mar Vermelho, oceano Índico, rios e mercados internos conectavam regiões em escalas diferentes.

Fontes incluem tradições orais, arqueologia, escritos árabes e ajami, registros de corte, relatos africanos e europeus e documentos do tráfico. O arquivo europeu é denso em portos, não necessariamente representativo do interior. Termos étnicos e políticos mudaram; projetar fronteiras nacionais atuais distorce alianças históricas.

Agência africana deve ser estudada sem romantizar poder. Governantes e comerciantes fizeram escolhas, mas demanda atlântica, armas, crédito e coerção alteraram incentivos; pessoas capturadas agiram sob restrição extrema.

8.2 Asante, Oyo e Dahomey

Asante consolidou uma confederação no início do século XVIII, articulando kumasi, chefias, tributo, ouro e exército. O Asantehene governava com conselhos e instituições; incorporação de territórios não eliminava autonomia local. Comércio de ouro, noz-de-cola e pessoas escravizadas ligava interior e costa.

Oyo expandiu influência por cavalaria, tributo e mercados, mas o Alaafin dividia autoridade com conselhos e chefes. Crises políticas e pressão de fronteiras contribuíram para fragmentação no início do século XIX. Dahomey centralizou corte, exército e comércio em relação complexa com Oyo e portos atlânticos.

Nenhuma dessas formações pode ser reduzida ao tráfico. Produção agrícola, religião, gênero, parentesco e comércio regional sustentavam poder. Ao mesmo tempo, captura e venda de pessoas foram componentes centrais e moralmente decisivos em certos períodos.

8.3 Revoluções islâmicas e Sokoto

Movimentos de reforma islâmica no oeste africano criticaram governantes, tributação e práticas religiosas. A jihad liderada por Usman dan Fodio a partir de 1804 derrubou autoridades hauçás e criou o Califado de Sokoto, uma confederação de emirados ligada por lealdade, conhecimento e tributo.

Estudiosos, inclusive Nana Asma'u, produziram poesia, ensino e redes de formação. O árabe e línguas africanas escritas em ajami registraram debates. A expansão também gerou guerra e escravização; a categoria reforma religiosa não elimina interesse político ou coerção.

Sokoto tornou-se grande formação econômica e intelectual. Agricultura, cidades, artesanato e trabalho escravizado coexistiram, lembrando que abolição atlântica não significou fim de sistemas internos.

8.4 Etiópia, Sudão e vale do Nilo

Na Etiópia, o chamado Zemene Mesafint, era dos príncipes, reuniu imperadores com poder limitado e nobres regionais concorrentes. Mosteiros, igrejas, camponeses e rotas do mar Vermelho sustentavam sociedade. Fragmentação política não equivale a ausência de instituições.

No Sudão, o sultanato Funj enfraqueceu antes da conquista por forças de Muhammad Ali em 1820-1821. A ocupação buscou tributos, ouro, soldados e pessoas escravizadas. Administrações e comerciantes conectaram Nilo, mar Vermelho e interior com custos severos para comunidades.

Darfur permaneceu sultanato importante em redes saarianas. Nenhuma linha única separava África independente e influência externa.

8.5 África austral e transformações regionais

No sul, expansão colonial do Cabo, migração de colonos, trabalho coercivo, resistência Khoisan e Xhosa e mudanças ambientais produziram fronteiras instáveis. O domínio britânico a partir de 1795, com interrupção breve, alterou administração sem encerrar conflito.

Entre povos de língua nguni e sotho-tswana, novas formações políticas cresceram no início do século XIX. O reino zulu sob Shaka foi uma delas, ao lado de Ndebele, Swazi, Sotho e outras. O termo mfecane é debatido quando usado para atribuir todas as migrações e guerras a uma expansão zulu isolada; comércio, seca, escravização e pressão colonial também importaram.

Chefes, famílias e comunidades escolheram aliança, deslocamento ou defesa conforme circunstâncias. Mudança não foi caos sem história.

8.6 Omã, Zanzibar e África oriental

O império de Omã expulsou portugueses de Mombasa no fim do século XVII e ampliou influência no oceano Índico. No século XIX, Said bin Sultan deslocou o centro de sua corte para Zanzibar. Comércio de marfim, cravo e pessoas escravizadas conectou costa, ilhas e interior.

Cidades suaílis mantiveram elites, línguas e instituições próprias sob relações variáveis com Omã. Comerciantes africanos, árabes, indianos e outros financiavam caravanas. A economia de plantações de Zanzibar ampliou trabalho escravizado e pressão sobre rotas interiores.

O Atlântico não era o único sistema de escravização, e a comparação deve respeitar cronologias, rotas e regimes jurídicos diferentes.

Formação	Base de poder	Conexão ampla	Transformação 1700-1850
Asante	Confederação, ouro e tributo	Costa atlântica e interior	Expansão, comércio e guerras regionais
Oyo	Cavalaria, conselho e mercado	Savana e golfo do Benim	Auge e fragmentação
Sokoto	Emirados, conhecimento e tributação	Sahel, Saara e cidades hauçás	Reforma, expansão e nova ordem política
Etiópia	Monarquia, nobres e igreja	Mar Vermelho e interior	Poder regional durante era dos príncipes
Zulu e vizinhos	Chefias, idade e forças militares	África austral	Formação estatal, migração e conflito
Omã-Zanzibar	Corte, portos e caravanas	Índico, Índia e interior africano	Marfim, cravo e escravização crescentes

Mito versus evidência: Mito: antes do reparto europeu, a África estava parada ou entregue ao caos. Evidência: estados, cidades, comunidades e movimentos religiosos transformaram instituições por dinâmicas internas e conexões múltiplas, embora comércio coercivo e colonização alterassem condições.

Leituras-base do capítulo: J. F. Ade Ajayi, ed., *UNESCO General History of Africa*, vol. VI; John Thornton, *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World*; Paul Lovejoy, *Transformations in Slavery*; Ivor Wilks, *Asante in the Nineteenth Century*; Murray Last, *The Sokoto Caliphate*; Carolyn Hamilton, *The Mfecane Aftermath*.

9. Escravização atlântica, resistência e abolições

9.1 O auge do tráfico no século XVIII

O tráfico transatlântico atingiu sua maior escala no século XVIII. Navios de Portugal e Brasil, Grã-Bretanha, França, Países Baixos, Espanha, Estados Unidos e outros transportaram pessoas capturadas em diferentes regiões africanas. Portos, bandeiras e destinos mudaram ao longo do tempo; bases como *Slave Voyages* reconstroem viagens documentadas e estimam lacunas.

O termo comércio triangular simplifica circuitos que podiam ligar dois, três ou mais portos. Brasil e África centro-ocidental formavam rota sul-atlântica decisiva; Caribe e América espanhola mantinham conexões próprias. Mercadorias europeias e asiáticas, tabaco, cachaça, armas, tecidos, crédito e seguros participavam das trocas.

Pessoas transportadas não eram unidades anônimas. Tinham línguas, idades, profissões, parentesco e história. A quantificação é necessária para compreender escala, mas deve ser combinada com fontes individuais e comunitárias.

9.2 Plantação, cidade e trabalho diversificado

Escravidão sustentou açúcar, café, algodão, mineração, arroz e outras atividades, mas também trabalho urbano, doméstico, portuário e artesanal. Regimes jurídicos e possibilidades de alforria variavam. Pagamento ocasional, propriedade limitada ou habilidade especializada não convertiam cativo em trabalho livre.

No Brasil, Caribe, sul dos Estados Unidos e outras sociedades, população livre dependia de redes construídas sobre escravidão. Comerciantes, funcionários, artesãos, marinheiros e consumidores conectavam-se ao sistema mesmo longe de plantações. Bancos, seguradoras e governos recebiam receitas ou protegiam rotas.

Gênero e idade influenciavam tarefas, venda, família e caminhos de liberdade. Arquivos registram essas diferenças de forma desigual e frequentemente pela voz de proprietários.

9.3 Resistência e comunidades

Resistência assumiu formas cotidianas e coletivas: preservar parentesco, negociar tarefas, produzir alimentos, participar de mercados, buscar alforria, fugir, formar comunidades e organizar revoltas. Nenhuma estratégia garantia segurança, e escolhas eram feitas sob coerção.

Quilombos, palenques e comunidades maroons possuíam histórias distintas. Alguns mantinham guerra, comércio e tratados com vizinhos; outros eram pequenos e móveis. Palmares já havia sido derrotado antes de 1700, mas sua memória permaneceu; novas comunidades surgiram em várias partes das Américas.

Revoltas como a de Tacky na Jamaica, em 1760, e conspirações e levantes no Brasil e Caribe revelam comunicação e planejamento. Não se deve transformar ausência de grande revolta documentada em passividade.

9.4 Abolicionismos múltiplos

Abolicionismo reuniu pessoas escravizadas, libertas, religiosas, parlamentares, escritores e organizações em diferentes lugares. Narrativas de antigos escravizados, petições, boicotes e campanhas impressas mudaram debate público. Interesses econômicos e geopolíticos também influenciaram governos.

Dinamarca proibiu seu tráfico atlântico a partir de 1803; Grã-Bretanha e Estados Unidos aprovaram proibições com efeito em 1808. Outros países adotaram datas diferentes. Proibir o tráfico não aboliu escravidão e não encerrou transporte ilegal. A marinha britânica passou a interceptar navios, combinando humanitarismo, diplomacia e expansão de poder naval.

Haiti aboliu a escravidão por revolução. Colônias britânicas aboliram-na na década de 1830, com aprendizagem forçada e compensação a proprietários, não às pessoas escravizadas. Império francês aboliu em 1848; Brasil apenas em 1888.

9.5 Comércio clandestino e deslocamento de coerção

Depois de 1808, tráfico para Cuba e Brasil cresceu em vários anos. Bandeiras falsas, desembarques clandestinos, crédito e autoridades coniventes sustentaram redes. Tratados internacionais possuíam cláusulas e aplicação desiguais.

Quando um regime foi abolido, outras coerções podiam expandir-se: trabalho contratado sob dívida, aprendizagem obrigatória, recrutamento, leis de vadiagem e punições laborais. A comparação deve distinguir estatuto jurídico sem supor que liberdade legal eliminou dependência econômica.

Na África ocidental, a redução gradual do tráfico atlântico alterou preços e incentivou exportações como óleo de palma em certas regiões, mas escravização interna persistiu. A transição para comércio legítimo é expressão histórica problemática quando sugere que relações posteriores eram automaticamente justas.

9.6 Memória, reparação e responsabilidade

Responsabilidade deve ser localizada em instituições, decisões e benefícios. Participação de intermediários africanos não torna continentes igualmente responsáveis; demanda colonial, transporte, propriedade e produção americana estruturaram escala atlântica. Tampouco todos os europeus, africanos ou americanos ocupavam a mesma posição.

Arquivos de indenização, registros bancários e propriedades permitem seguir riqueza depois da abolição. Memória pública precisa incluir resistência e vida, não apenas sofrimento, sem diminuir o crime histórico.

Mudança	Alcance jurídico	Continuidade observada	Pergunta crítica
Proibição do tráfico	Impede novas viagens legalmente	Contrabando e venda interna	Quem fiscaliza e quem lucra?
Alforria individual	Liberta uma pessoa	Família pode permanecer cativa	Que direitos acompanham a liberdade?
Abolição colonial	Encerra propriedade legal de pessoas	Aprendizagem, dívida e racismo	Quem recebe compensação e terra?
Patrulha naval	Intercepta parte das rotas	Rotas mudam e tratados limitam ação	Humanitarismo e poder imperial se combinam?
Emancipação revolucionária	Redefine soberania e trabalho	Pressão externa e desigualdade interna	Como liberdade é defendida politicamente?

Mito versus evidência: Mito: parlamentares europeus concederam liberdade às pessoas escravizadas. Evidência: resistência, fugas, revoluções, produção intelectual negra e mobilização popular foram centrais; leis resultaram de conflito político prolongado.

Leituras-base do capítulo: David Eltis e David Richardson, *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*; Paul Lovejoy, *Transformations in Slavery*; Seymour Drescher, *Abolition*; Christopher L. Brown, *Moral Capital*; João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil*; Marisa de Carvalho Soares, *Devotos da cor*; *SlaveVoyages*.

10. Iluminismos, reformas e esfera pública

10.1 Iluminismo no plural

Iluminismo não foi um manifesto único. Autores discutiram razão, religião, comércio, ciência, governo, história e costumes em contextos britânicos, franceses, alemães, italianos, ibéricos, americanos e outros. Alguns criticaram escravidão e império; outros justificaram hierarquias raciais ou coloniais. A circulação de ideias envolvia tradução, adaptação e censura.

Salões, academias, universidades, lojas maçônicas, cafés, sociedades científicas e correspondência criaram públicos diferentes. Mulheres participaram como autoras, tradutoras, anfitriãs e leitoras, embora instituições limitassem reconhecimento. Leitores fora da Europa reinterpretabam textos segundo debates locais.

Falar em iluminismos permite comparar sem dissolver diferenças. Nem toda reforma racionalizadora era igualitária, e religião e razão não eram campos sempre opostos.

10.2 Enciclopédias, imprensa e opinião

Livros, panfletos, jornais e gravuras circulavam por mercados legais e clandestinos. A *Encyclopédie* francesa reuniu conhecimentos e ofícios, mas não continha tudo nem representava consenso. Impressos baratos ampliaram disputa política, embora alfabetização, preço e censura limitassem acesso.

Opinião pública é conceito útil quando identifica novas formas de legitimidade, não uma voz única da sociedade. Rumor oral, leitura coletiva e sermões ligavam letrados e não letrados. Governos monitoravam livreiros e correio ao mesmo tempo em que publicavam reformas.

Imprensa colonial adaptava notícias europeias e americanas, formando públicos transatlânticos desiguais. A velocidade da informação continuava condicionada por navios e estradas.

10.3 Ciência, classificação e império

Expedições coletaram plantas, animais, minerais, mapas e línguas. Jardins botânicos e museus organizaram espécies segundo classificações. Conhecimentos indígenas, africanos e asiáticos eram essenciais, mas frequentemente apropriados sem crédito ou convertidos em recurso imperial.

Cartografia melhorou medição e navegação, sem transformar automaticamente mapas em controle. Levantamentos na Índia, Pacífico e Américas serviram comércio, ciência e colonização. A fronteira entre descoberta científica e interesse estatal era porosa.

Classificações humanas contribuíram para racialização. Autores combinaram aparência, clima, genealogia e suposta capacidade em hierarquias que mais tarde sustentariam racismo científico. A história intelectual precisa registrar crítica e participação, não tratar preconceito como consequência inevitável da ciência.

10.4 Reformas dinásticas

Governantes como José II nos Habsburgo, Frederico II na Prússia, Catarina II na Rússia, Carlos III na Espanha e José I em Portugal promoveram medidas administrativas, fiscais, educacionais e religiosas. O rótulo despotismo esclarecido reúne projetos distintos e pode exagerar coerência.

Reformas reduziram privilégios de algumas corporações, reorganizaram exércitos e buscaram crescimento econômico. Encontraram resistência de nobres, igrejas, municípios, comunidades e trabalhadores. Um decreto racionalizador podia significar novo imposto ou recrutamento.

Nos impérios ibéricos, reformas bourbon e pombalinas ampliaram fiscalização, companhias e administração colonial. Elas criaram oportunidades para elites locais e conflitos que contribuiriam para crises futuras.

10.5 Economia política e propriedade

Fisiocratas, mercantilistas, Adam Smith e outros pensadores discutiram riqueza, comércio e trabalho. Smith criticou monopólios e aspectos do império, mas suas ideias foram seletivamente usadas. Economia política surgiu dentro de Estados imperiais, guerras e mercados coloniais.

Debates sobre propriedade apresentavam segurança jurídica como estímulo à produção. Cercamentos britânicos converteram direitos comuns em propriedade exclusiva de maneiras variadas e contestadas. Propriedade indígena nas Américas era frequentemente negada por critérios europeus, transformando classificação legal em instrumento de colonização.

Trabalho doméstico e reprodutivo, em grande parte feminino, sustentava economias sem aparecer plenamente em teorias centradas no mercado.

10.6 Direitos e exclusões

Declarações de direitos criaram linguagens que grupos excluídos puderam reivindicar. Mulheres como Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft criticaram limites da cidadania; autores negros e antiescravistas confrontaram a compatibilidade entre liberdade e cativeiro; comunidades religiosas disputaram tolerância.

Não se deve medir esses textos apenas pela intenção de autores famosos. Sua força histórica inclui apropriações imprevistas. Universalismo podia ser ferramenta de emancipação e máscara de exclusão.

Campo	Instituição ou meio	Possibilidade	Limite
Imprensa	Jornal, panfleto e livro	Debate ampliado	Censura, custo e alfabetização desigual
Ciência	Academia, expedição e museu	Conhecimento comparável	Apropriação e classificação hierárquica
Reforma	Decreto, cadastro e escola	Administração e serviço	Coerção fiscal e resistência local
Economia política	Tratado e debate parlamentar	Crítica a monopólios	Trabalho doméstico e colonial invisibilizado
Direitos	Declaração, constituição e petição	Linguagem reivindicável	Exclusão por gênero, raça, propriedade e império

Mito versus evidência: Mito: o Iluminismo inventou liberdade e depois ela se espalhou. Evidência: ideias foram plurais, contraditórias e traduzidas; grupos colonizados, mulheres e pessoas negras ampliaram direitos ao confrontar limites dos próprios textos.

Leituras-base do capítulo: Dorinda Outram, *The Enlightenment*; Jonathan Israel, *Radical Enlightenment*; Robert Darnton, *The Literary Underground of the Old Regime*; Dena Goodman, *The Republic of Letters*; Emma Rothschild, *Economic Sentiments*; Sankar Muthu, *Enlightenment Against Empire*.

11. Revoluções atlânticas: Estados Unidos, França e Haiti

11.1 Uma arena atlântica, não uma cadeia de cópias

As revoluções americana, francesa e haitiana compartilharam guerra imperial, crédito, impressos e linguagens de direito, mas não foram etapas de um único modelo. Cada processo possuía estrutura social, escravidão, instituições e adversários diferentes. Conexões importam quando se identificam pessoas, textos, finanças ou notícias concretas.

A Guerra dos Sete Anos deixou dívidas e redes militares que condicionaram reformas fiscais. Independência dos Estados Unidos influenciou debate francês; a Revolução Francesa transformou política colonial; a revolução em Saint-Domingue obrigou França e potências atlânticas a redefinir liberdade e império.

O Haiti não foi apêndice. Sua vitória alterou escravidão, geopolítica, migração e imaginação política em todo o Atlântico.

11.2 Independência dos Estados Unidos

Conflitos sobre impostos, representação e autoridade imperial levaram treze colônias britânicas à guerra a partir de 1775 e à declaração de independência em 1776. Governos estaduais e a constituição federal de 1787 criaram uma república com separação de poderes, representação e direitos definidos de maneira restrita.

Pessoas escravizadas buscaram liberdade em ambos os lados; britânicos ofereceram emancipação condicionada a serviço em certos momentos, e milhares se deslocaram. A nova república preservou escravidão por compromissos constitucionais e ampliou proteção à propriedade. Mulheres sustentaram boicotes, produção e famílias e formularam reivindicações sem receber cidadania política plena.

Nações indígenas negociaram alianças segundo ameaça territorial. A vitória colonial abriu expansão para oeste, mostrando que independência anticolonial de colonos podia intensificar colonialismo de povoamento.

11.3 Revolução Francesa

Crise fiscal, representação desigual, preços, mobilização urbana e conflitos políticos levaram à convocação dos Estados Gerais em 1789. Assembleia Nacional, queda da Bastilha, abolição de privilégios e Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão alteraram legitimidade. Monarquia constitucional, república, guerra e diferentes governos sucederam-se rapidamente.

Camponeses atacaram obrigações senhoriais; trabalhadores urbanos pressionaram preços e representação; mulheres marcharam, peticionaram e organizaram clubes. Facções disputaram propriedade, religião, guerra e democracia. O período do Terror foi parte de uma guerra civil e internacional, sem esgotar a revolução nem justificar explicações por suposta irracionalidade coletiva.

A França republicana aboliu escravidão colonial em 1794, decisão inseparável da revolução em Saint-Domingue. Napoleão tentou restaurá-la em colônias em 1802.

11.4 Revolução Haitiana

Saint-Domingue reunia produção açucareira, população majoritariamente escravizada, pessoas livres de cor, brancos com interesses diversos e forte desigualdade. Debates de 1789 sobre cidadania dividiram grupos. Em 1791, uma insurreição de pessoas escravizadas iniciou processo revolucionário de treze anos.

Líderes e comunidades mudaram alianças diante de Espanha, França e Grã-Bretanha. Toussaint Louverture tornou-se figura central e buscou autonomia sob vínculo francês; Jean-Jacques Dessalines liderou a fase final da independência, proclamada em 1804. A vitória destruiu legalmente a escravidão e criou o primeiro Estado moderno governado por antigos escravizados.

O novo país enfrentou isolamento, guerra anterior, economia devastada e hostilidade de potências escravistas. Em 1825, França impôs reconhecimento condicionado a indenização pesada, transferindo recursos haitianos por gerações.

11.5 Circulação e silêncio

Notícias do Haiti viajaram por marinheiros, refugiados, jornais e rumores. Pessoas escravizadas em outras colônias acompanharam possibilidades; proprietários usaram medo para reforçar controle. Governos latino-americanos buscaram apoio haitiano em momentos decisivos, embora elites posteriores minimizassem essa contribuição.

Arquivos coloniais chamaram insurgentes de criminosos e frequentemente apagaram projetos políticos. Historiografia por muito tempo tratou o Haiti como exceção ou violência sem pensamento. Estudos recentes reconstroem constituições, diplomacia, religião e estratégias econômicas.

Comparar revoluções exige perguntar quem era reconhecido como sujeito de direitos e quem transformou essa definição pela ação.

11.6 Resultados contraditórios

Estados Unidos criaram república duradoura e expandiram escravidão e colonização indígena. França alterou propriedade, lei e soberania, mas passou por império e restaurações. Haiti realizou emancipação mais radical e sofreu punição internacional. Nenhum resultado cabe em escala simples de sucesso.

Revolução	Questão inicial	Ampliação política	Limite ou contradição
Estados Unidos	Tributação e soberania colonial	República constitucional	Escravidão e expansão sobre territórios indígenas
França	Crise fiscal e privilégio	Cidadania, igualdade legal e república	Exclusões, guerra e instabilidade de regimes
Haiti	Escravidão e hierarquia colonial	Emancipação e independência negra	Isolamento, indenização e pressão externa
Atlântico amplo	Circulação de direitos	Petições, abolicionismo e novas constituições	Impérios e propriedade adaptam-se

Mito versus evidência: Mito: a Revolução Haitiana foi derivação violenta de ideias francesas. Evidência: pessoas escravizadas produziram projeto próprio de liberdade, aproveitaram conflitos imperiais e forçaram a França a aplicar um universalismo que ela limitava.

Leituras-base do capítulo: David Armitage, *The Declaration of Independence*; Alan Taylor, *American Revolutions*; William Doyle, *The Oxford History of the French Revolution*; Lynn Hunt, *Politics, Culture, and Class*; Laurent Dubois, *Avengers of the New World*; C. L. R. James, *The Black Jacobins*; Ada Ferrer, *Freedom's Mirror*.

12. Independências na América Latina e no Brasil

12.1 Crise das monarquias ibéricas

Reformas do século XVIII ampliaram impostos, monopólios, milícias e fiscalização. Elites americanas participaram do império e criticaram limitações; comunidades indígenas e populares defenderam direitos próprios. Revoltas como a de Tupac Amaru II e Micaela Bastidas nos Andes, em 1780-1781, reuniram queixas contra tributo, corregedores e trabalho, mas coalizões e objetivos variaram.

A invasão napoleônica da Península Ibérica em 1807-1808 criou crise de legitimidade. Abdicações espanholas e juntas locais levantaram a pergunta sobre onde residia soberania na ausência do rei. A corte portuguesa transferiu-se para o Rio de Janeiro, transformando o centro do império.

Independências resultaram dessa crise dinástica combinada com conflitos sociais e geopolítica, não apenas de nacionalismo maduro.

12.2 México e América Central

No México, a mobilização iniciada por Miguel Hidalgo em 1810 reuniu setores populares e demandas diversas. José María Morelos formulou projeto de independência e igualdade jurídica. Forças realistas reprimiram essas fases, mas a crise continuou.

Em 1821, Agustín de Iturbide aliou antigos realistas e insurgentes pelo Plano de Iguala, que defendia independência, catolicismo e união. O império mexicano foi breve; república e federalismo seguiram sob conflitos regionais. América Central separou-se do México e formou federação também instável.

Comunidades indígenas participaram de ambos os lados conforme território, tributo e autoridades locais. Independência não aboliu imediatamente estruturas agrárias ou desigualdades.

12.3 Norte da América do Sul

Na Venezuela e Nova Granada, guerras foram longas e mudaram de caráter. Simón Bolívar e outros líderes dependeram de soldados livres, pessoas escravizadas, llaneros, oficiais estrangeiros e apoio externo. Haiti forneceu armas e refúgio com expectativa de emancipação.

A Gran Colômbia reuniu territórios atuais de Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá, mas disputas sobre centralização, representação e recursos levaram à dissolução. Bolívar não libertou um continente sozinho; sua liderança operou em coalizões e limites.

Promessas de liberdade a combatentes negros alteraram escravidão, mas abolição plena foi gradual e regional. Hierarquias raciais sobreviveram em novas linguagens.

12.4 Andes e Cone Sul

Campanhas de José de San Martín atravessaram Andes a partir do Rio da Prata e contribuíram para independência do Chile e Peru. No Alto Peru, guerra local e campanhas posteriores resultaram na Bolívia. Exércitos exigiam alimentos, animais, dinheiro e recrutamento de comunidades.

Buenos Aires enfrentou províncias com projetos próprios; federalismo e centralização moldaram conflitos posteriores. No Chile, república consolidou instituições sob forte autoridade de elites. Peru manteve centros realistas por mais tempo, demonstrando que cronologia continental não era uniforme.

Mulheres atuaram como mensageiras, financiadoras, produtoras e agentes políticas, mas narrativas nacionais frequentemente as reduziram a auxiliares.

12.5 Brasil: corte, Reino Unido e separação

A transferência da corte portuguesa em 1808 abriu portos, criou órgãos administrativos, bibliotecas, bancos e novas relações comerciais. Rio de Janeiro tornou-se centro monárquico, enquanto outras regiões suportavam impostos e possuíam agendas próprias. A elevação a Reino Unido em 1815 formalizou mudança.

A Revolução do Porto de 1820 exigiu retorno do rei e limites constitucionais. Pedro proclamou separação em 1822 e tornou-se imperador. Guerras e negociações em Bahia, Grão-Pará, Maranhão, Cisplatina e outras regiões mostram que independência não foi um ato único e pacífico.

O império preservou monarquia, escravidão e unidade territorial por instituições, força e acordos de elites. Constituição de 1824 combinou representação e Poder Moderador. Revoltas regenciais posteriores revelaram conflitos provinciais, sociais e raciais.

12.6 Independência, cidadania e continuidade

Novos Estados aboliram títulos e tributos em alguns lugares, criaram constituições e ampliaram comércio externo. Ao mesmo tempo, dívida, guerra, militarização e disputas territoriais restringiram capacidade. Povos indígenas enfrentaram perda de garantias corporativas e avanço sobre terras; pessoas negras livres e escravizadas disputaram cidadania.

Nation-building não deve ser traduzido apenas como construção nacional neutra. Foi disputa sobre quem pertencia, quem votava, quem pagava e que território o Estado podia reivindicar.

Processo	Forma de ruptura	Coalizão decisiva	Continuidade relevante
México	Insurgência seguida de pacto	Populares, militares, clero e elites em fases distintas	Igreja, terra e hierarquia social
Gran Colômbia	Guerra republicana transregional	Exércitos diversos e apoio haitiano	Escravidão gradual e regionalismo
Andes	Campanhas continentais e guerras locais	Exércitos, comunidades e elites crioulas	Tributo, propriedade e desigualdade
Brasil	Separação monárquica e guerras provinciais	Corte, elites regionais, tropas e negociação	Dinastia, escravidão e unidade imperial
América Central	Separação e federação	Províncias e cidades	Fragmentação política

Mito versus evidência: Mito: heróis crioulos libertaram nações já existentes. Evidência: guerras criaram e dividiram comunidades políticas; soldados, mulheres, indígenas, negros livres e escravizados participaram com projetos que não cabem numa narrativa única.

Leituras-base do capítulo: Tulio Halperín Donghi, *The Aftermath of Revolution in Latin America*; Jeremy Adelman, *Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic*; Jaime E. Rodríguez O., *The Independence of Spanish America*; John Lynch, *The Spanish American Revolutions*; João Paulo Pimenta, *Independência do Brasil*; Lília Moritz Schwarcz e Heloisa Starling, *Brasil: Uma Biografia*.

13. Napoleão, restauração e revoluções europeias

13.1 Do Diretório ao Consulado

O golpe de 18 Brumário em 1799 levou Napoleão Bonaparte ao poder como primeiro cônsul. Constituição, plebiscitos e administração combinaram legitimidade revolucionária e autoridade concentrada. O Código Civil de 1804 consolidou igualdade masculina perante a lei e propriedade, ao mesmo tempo em que reforçou autoridade patriarcal e restringiu direitos de mulheres.

Prefeitos, escolas, banco e acordos religiosos ampliaram capacidade estatal. Esses instrumentos não foram criação individual; aproveitaram debates e instituições revolucionárias. Censura e polícia limitaram oposição.

Napoleão tornou-se imperador em 1804, título que preservava linguagem de mérito e soberania popular enquanto fundava dinastia.

13.2 Guerra e império continental

Exércitos franceses derrotaram coalizões e reorganizaram territórios europeus. Estados aliados adotaram códigos, reformas fiscais e confisco de privilégios. Ocupação exigia contribuições, recrutamento e abastecimento, provocando colaboração e resistência.

O bloqueio continental buscou enfraquecer comércio britânico, mas contrabando e interesses locais limitaram aplicação. A guerra peninsular envolveu forças francesas, britânicas, portuguesas, espanholas e guerrilhas; abriu crise das monarquias ibéricas e conectou Europa às independências americanas.

Campanha contra a Rússia em 1812 enfrentou distância, abastecimento, clima, exército russo e resistência. Reduzi-la ao inverno ocultou decisões logísticas e políticas.

13.3 Império, escravidão e colônias

Napoleão restaurou escravidão onde a França controlava colônias em 1802 e tentou recuperar Saint-Domingue. A derrota francesa confirmou independência haitiana. No Caribe, guerra naval, doenças e resistência limitaram projetos.

A venda da Louisiana aos Estados Unidos em 1803 foi influenciada pela perda de Saint-Domingue e por prioridades europeias. O negócio ampliou território reivindicado pelos Estados Unidos sem consentimento de povos indígenas que viviam nele.

O império napoleônico foi europeu e colonial. A linguagem de direitos coexistiu com racialização e restauração escravista.

13.4 Congresso de Viena

Depois da derrota de Napoleão, potências reuniram-se em Viena em 1814-1815. Áustria, Rússia, Prússia, Grã-Bretanha e França negociaram fronteiras e legitimidade. O sistema buscou impedir hegemonia única e administrar crises por congressos e alianças.

Restauração não voltou simplesmente a 1789. Códigos, propriedades e reformas permaneceram em muitas regiões. Monarquias adotaram constituições ou cartas em alguns lugares e repressão em outros. Nacionalismo e liberalismo circularam por sociedades secretas, universidades, imprensa e exércitos.

Viena também condenou o tráfico atlântico em princípio, mas interesses e aplicação foram desiguais.

13.5 Revoluções de 1820 e 1830

Movimentos constitucionais ocorreram na Espanha, Portugal, Nápoles e outros lugares em 1820; alianças monárquicas intervieram em certos casos. A independência grega seguiu trajetória própria e internacional. Em 1830, revolução na França substituiu Bourbon por monarquia de julho; Bélgica separou-se dos Países Baixos; levante polonês contra Rússia foi reprimido.

Liberalismo podia defender constituição e propriedade sem sufrágio amplo. Nacionalismo podia desafiar impérios e excluir minorias. Trabalhadores e artesãos criaram reivindicações sociais que elites liberais nem sempre aceitavam.

Os mesmos rótulos escondem coalizões diferentes.

13.6 1848: primavera e limite

Crise econômica, desemprego, censura e demandas políticas contribuíram para revoluções de 1848 em França, estados alemães, império Habsburgo e Itália. Repúblicas, parlamentos e direitos foram proclamados; camponeses obtiveram fim de obrigações em partes da Europa central. Conflitos nacionais e sociais dividiram coalizões.

A maioria dos movimentos foi derrotada ou limitada, mas mudanças legais e experiência política permaneceram. Na França, a Segunda República aboliu escravidão colonial e adotou sufrágio masculino amplo antes de nova concentração de poder.

Fase	Forma de autoridade	Transformação	Contradição
Consulado	Constituição e plebiscito	Administração centralizada	Censura e concentração de poder
Império napoleônico	Dinastia e vitória militar	Códigos e reformas territoriais	Ocupação, recrutamento e escravidão colonial
Viena	Equilíbrio entre potências	Diplomacia de congressos	Restauração limitada e repressão
1820-1830	Revolta constitucional e nacional	Cartas, independências e novos regimes	Sufrágio restrito e intervenção externa
1848	República, parlamento e mobilização social	Direitos e fim de obrigações em regiões	Divisão de coalizões e reação

Mito versus evidência: Mito: Napoleão espalhou liberdade ou destruiu a revolução por completo. Evidência: consolidou reformas legais e administrativas, restringiu participação, construiu império militar e restaurou escravidão colonial; o saldo depende do direito e do grupo observado.

Leituras-base do capítulo: Michael Broers, *Europe Under Napoleon*; Isser Woloch, *Napoleon and His Collaborators*; Philip Dwyer, *Napoleon*; Mark Jarrett, *The Congress of Vienna and Its Legacy*; Jonathan Sperber, *The European Revolutions, 1848-1851*; Eric Hobsbawm, *The Age of Revolution*.

14. Industrialização: energia, fábricas, trabalho e ambiente

14.1 Por que começou na Grã-Bretanha

A industrialização britânica resultou de combinação, não de uma causa única. Depósitos de carvão próximos a centros produtivos, salários relativamente altos em algumas regiões, mercados, crédito, conhecimento artesanal, agricultura comercial, transporte, instituições estatais e império criaram incentivos. A importância de cada fator permanece debatida.

Explicações culturais sobre inventividade nacional são fracas quando ignoram técnicas importadas, conhecimento coletivo e acesso a recursos coloniais. A Grã-Bretanha protegia comércio por marinha, cobrava impostos e financiava guerras; empresários operavam dentro dessa estrutura. Patentes recompensavam alguns inventores, mas oficinas e trabalhadores aperfeiçoavam máquinas sem aparecer nos registros.

Industrialização foi regional. Lancashire, Midlands, sul de Gales e outros centros mudaram em ritmos diferentes; grande parte da população continuou agrícola por décadas.

14.2 Algodão e conexão imperial

Máquinas de fiar, tear mecânico e organização fabril elevaram produção de tecidos de algodão. A matéria-prima veio inicialmente de diversas regiões e, crescentemente, do sul dos Estados Unidos, onde expansão da escravidão alimentou exportações. Fábricas britânicas competiram com têxteis indianos e copiaram padrões valorizados por consumidores.

O algodão conecta plantação, porto, seguro, máquina, trabalhador fabril e mercado. Nenhum elo deve apagar os demais. Escravidão americana não explica sozinha a mecanização, mas forneceu matéria-prima barata em escala crescente; máquinas não explicam sozinhas mercados, poder colonial ou crédito.

Mulheres e crianças compunham parte importante da força de trabalho fabril. Salários familiares, disciplina do tempo e risco laboral mudaram vida cotidiana.

14.3 Carvão, vapor e ferro

Motores a vapor foram aperfeiçoados para bombear minas e depois mover máquinas, navios e locomotivas. James Watt foi importante, mas trabalhou dentro de redes de financiadores, fabricantes e técnicos. Carvão forneceu energia concentrada que reduziu dependência de madeira e cursos d'água em certos usos.

Coque transformou fundição de ferro; máquinas-ferramenta melhoraram precisão. Canais e, a partir das décadas de 1820 e 1830, ferrovias reduziram custos e reorganizaram espaço. A difusão exigia capital e padrões técnicos, não apenas conhecimento de uma invenção.

Queima de carvão ampliou poluição urbana e emissões. Efeitos climáticos globais acumularam-se ao longo do tempo; não devem ser atribuídos a uma fábrica isolada, mas o período criou infraestrutura fóssil duradoura.

14.4 Trabalho, disciplina e resistência

Fábricas concentraram trabalhadores sob supervisão, horários e máquinas. Isso não substituiu imediatamente oficina e trabalho doméstico. O putting-out system, artesanato, agricultura sazonal e fábrica coexistiram. Famílias combinavam rendas e cuidado não remunerado.

Trabalhadores protestaram contra salários, preços e perda de controle. Luddismo foi movimento organizado em contextos específicos, não ódio irracional à tecnologia. Associações, sociedades de auxílio e sindicatos enfrentaram restrições legais. Cartismo, desde o fim da década de 1830, articulou sufrágio masculino, petições e mobilização de massa.

Leis fabris limitaram gradualmente trabalho infantil e jornada de certos grupos, mas fiscalização e alcance eram incompletos. Reforma resultou de investigação, campanha e conflito.

14.5 Industrializações continentais e americanas

Bélgica industrializou carvão, ferro e têxteis cedo. França combinou oficinas de qualidade, regiões mecanizadas e agricultura; não seguiu cópia menor da Grã-Bretanha. Estados alemães desenvolveram mineração, educação técnica e integração aduaneira. Estados Unidos adaptaram maquinaria, recursos hídricos, produção padronizada e trabalho escravizado e livre em economia continental.

Na Rússia, metalurgia anterior perdeu posição relativa, mas Estado e empresários mantiveram manufaturas. No Japão e na Índia, produção artesanal e comercial continuou sofisticada; diferenças de energia, poder político e acesso a mercados moldaram trajetórias.

Falar em atraso sem indicar setor e data transforma um processo histórico em essência cultural.

14.6 A grande divergência como debate

Historiadores discutem quando regiões mais ricas da Europa ocidental se afastaram de partes prósperas da Ásia em renda e produtividade. Alguns enfatizam diferenças antigas; outros veem semelhanças até o século XVIII e destacam carvão e colônias. Comparações dependem de cidades e regiões selecionadas.

Conclusão segura: por 1850, Grã-Bretanha possuía vantagem industrial e naval extraordinária em setores decisivos. Conclusão debatida: quanto dessa vantagem já existia em 1700 e qual fator foi dominante. Uma explicação robusta combina recursos, instituições, império, trabalho e contingência.

Mecanismo	Condição	Conexão global	Custo ou limite
Algodão mecanizado	Máquina, fábrica e crédito	Fibra escravista, padrões indianos e mercados	Disciplina fabril e dependência imperial
Vapor	Carvão, metal e manutenção	Navios, minas e ferrovias	Capital e poluição
Ferro	Coque e máquinas-ferramenta	Armamento, construção e transporte	Mineração e trabalho perigoso
Mercado	Transporte e poder de compra	Impérios e comércio intercontinental	Consumo desigual e crises
Trabalho assalariado	Desposseção, migração e contrato	Urbanização e produção concentrada	Salário não elimina coerção ou vulnerabilidade

Mito versus evidência: Mito: uma sequência de inventores criou a Revolução Industrial. Evidência: invenções funcionaram porque redes de trabalhadores, oficinas, carvão, capital, Estado, colônias e consumidores sustentaram adoção e aperfeiçoamento.

Leituras-base do capítulo: Robert C. Allen, *The British Industrial Revolution in Global Perspective*; Kenneth Pomeranz, *The Great Divergence*; Joel Mokyr, *The Enlightened Economy*; Maxine Berg, *The Age of Manufactures*; Sven Beckert, *Empire of Cotton*; Emma Griffin, *Liberty's Dawn*; Prasannan Parthasarathi, *Why Europe Grew Rich and Asia Did Not*.

15. Colonização de povoamento e soberanias indígenas

15.1 O que distingue colonização de povoamento

Colonização de povoamento busca instalar população permanente e transferir terra para colonos. Ela pode coexistir com comércio, missão, trabalho escravizado e governo imperial. Seu objetivo não é apenas explorar uma população local, mas substituí-la, deslocá-la ou incorporá-la sob nova soberania.

O conceito ajuda a comparar Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Cabo e outras fronteiras, sem afirmar que todos seguiram o mesmo roteiro. Tratados, guerras, reservas, títulos de propriedade e epidemias tiveram combinações diferentes. Povos indígenas continuaram agentes diplomáticos e políticos.

Terra vazia foi argumento colonial, não descrição. Agricultura móvel, caça, pastoreio e uso sazonal produziam territórios que sistemas europeus podiam deliberadamente não reconhecer.

15.2 Estados Unidos e expansão continental

Depois da independência, o governo federal reivindicou territórios até o Mississippi e, com a compra da Louisiana em 1803, ampliou pretensões. Tratados com nações indígenas eram reconhecimentos de soberania e instrumentos de cessão sob pressão. Colonos frequentemente avançavam antes de acordos e exigiam proteção militar.

Nações como Haudenosaunee, Shawnee, Cherokee, Creek, Seminole e muitas outras adotaram estratégias próprias. Tecumseh tentou construir confederação contra cessões separadas. Cherokee criou governo constitucional e imprensa, mas isso não impediu a política de remoção.

O Indian Removal Act de 1830 autorizou deslocamentos para oeste. A remoção de comunidades do Sudeste nos anos seguintes causou perdas e ruptura social; a descrição histórica deve preservar agência e responsabilidade sem transformar sofrimento em espetáculo.

15.3 Canadá e fronteiras britânicas

Na América do Norte britânica, alianças indígenas foram centrais em guerras contra Estados Unidos e na economia de peles. A Proclamação Real de 1763 reconheceu procedimentos para aquisição de terras, mas colonização e tratados posteriores reduziram territórios.

Após 1783, legalistas migraram para colônias britânicas. Alto e Baixo Canadá desenvolveram instituições distintas; rebeliões de 1837-1838 levaram a reformas e união política. Povos indígenas, francófonos, britânicos e comunidades negras livres ocupavam posições diferentes.

Governos imperiais usaram tratados numerados mais tarde; antes de 1850, acordos regionais já criavam uma geografia de soberania compartilhada e contestada.

15.4 Austrália

A Grã-Bretanha estabeleceu colônia penal em New South Wales em 1788. A doutrina posteriormente chamada terra nullius negou soberania e propriedade aborígenes segundo critérios britânicos. Colonos expandiram criação de ovelhas e assentamentos, levando conflito, perda de terras e epidemias.

Povos aborígenes possuíam centenas de línguas, leis e relações territoriais. Resistência assumiu defesa armada, mobilidade, preservação cultural e negociação. Intérpretes e intermediários aparecem de forma desigual nos arquivos coloniais.

Condenados, colonos livres, soldados e trabalhadores constituíram sociedade diferenciada. Trabalho penal e expropriação indígena foram componentes da formação colonial.

15.5 Aotearoa Nova Zelândia e Tratado de Waitangi

Māori mantinham sociedades tribais, agricultura, comércio e guerra. Contato com baleeiros, missionários e comerciantes introduziu novas mercadorias e armas, apropriadas dentro de rivalidades locais. As chamadas guerras dos mosquetes envolveram deslocamentos, mas não podem ser explicadas apenas por tecnologia.

O Tratado de Waitangi foi assinado em 1840 entre representantes britânicos e muitos chefes Māori. Textos em inglês e te reo Māori diferiam em conceitos de soberania e governo. O tratado tornou-se fundamento de reivindicações, mas colonização posterior violou garantias e ampliou conflito.

A comparação de versões mostra que tradução é parte da política, não detalhe técnico.

15.6 Cabo e fronteiras da África austral

No Cabo, domínio neerlandês e depois britânico expandiu fazendas, trabalho escravizado e servidão contratada. Comunidades Khoisan perderam acesso a terra e foram incorporadas a relações laborais coercivas; fronteiras com Xhosa produziram guerras repetidas.

A abolição da escravidão britânica e políticas coloniais contribuíram, entre outros fatores, para migração de grupos bôeres para o interior na década de 1830. O Grande Trek não ocorreu em espaço vazio; colonos encontraram reinos e comunidades africanas reorganizados.

Colonização de povoamento e formação de estados africanos coexistiram e colidiram.

Fronteira	Instrumento colonial	Resposta indígena	Límite do mapa imperial
Estados Unidos	Tratado, compra, remoção e assentamento	Confederação, tribunal, guerra e adaptação	Cessão não elimina soberania cultural
Canadá	Aliança, comércio e tratado	Diplomacia e participação militar	Governo britânico dependia de parceiros
Austrália	Colônia penal e ocupação de terra	Resistência, mobilidade e continuidade cultural	Terra nullius era ficção jurídica
Nova Zelândia	Missão, comércio e Tratado de Waitangi	Assinatura, interpretação e contestação	Versões do tratado não eram equivalentes
Cabo	Fazenda, trabalho coercivo e fronteira	Guerra, migração e negociação	Colônia não controlava uniformemente o interior

Mito versus evidência: Mito: expansão de colonos ocupou espaços pouco usados. Evidência: doutrinas de terra vazia apagaram sistemas indígenas de propriedade, circulação e autoridade para transformar expropriação em assentamento legítimo.

Leituras-base do capítulo: Patrick Wolfe, *Settler Colonialism and the Transformation of Anthropology*; Lorenzo Veracini, *Settler Colonialism*; Alan Taylor, *American Colonies*; Pekka Hämäläinen, *Indigenous Continent*; Henry Reynolds, *The Other Side of the Frontier*; Claudia Orange, *The Treaty of Waitangi*; Richard Price, *Making Empire*.

16. Qing, comércio do ópio e tratados desiguais

16.1 Da prata ao ópio

A demanda britânica por chá chinês produzia saída de prata. A Companhia Inglesa controlava produção e leilão de ópio na Índia, enquanto comerciantes privados transportavam a droga para a costa chinesa por redes de contrabando. Autoridades Qing proibiam o comércio, mas funcionários locais, intermediários e consumidores participavam de formas diferentes.

O ópio ligou coerção colonial na Índia, finanças britânicas e crise social e fiscal na China. Não era comércio livre entre parceiros iguais: produto proibido sustentava equilíbrio comercial sob proteção de poder imperial. Ao mesmo tempo, a sociedade chinesa não pode ser reduzida à droga; economia e administração eram muito mais amplas.

Debates Qing incluíram legalização regulada e proibição rigorosa. A decisão de reprimir surgiu de preocupação com prata, disciplina oficial e danos sociais.

16.2 Lin Zexu e a crise de 1839

O imperador Daoguang enviou Lin Zexu a Cantão em 1839. Lin confiscou estoques, exigiu compromissos de comerciantes e escreveu à rainha Vitória questionando a moral e a legalidade do tráfico. A carta é fonte política dirigida a interlocutor distante; versões e circulação precisam ser contextualizadas.

Comerciantes britânicos entregaram ópio sob garantia de indenização de seu superintendente, transformando perda privada em questão estatal. Debates no Parlamento britânico mostraram oposição moral e crítica política, mas governo escolheu força para obter reparação e acesso.

O conflito não foi causado apenas por choque cultural. Envolveu contrabando, jurisdição, propriedade, diplomacia e poder naval.

16.3 Guerra do Ópio

Entre 1839 e 1842, navios britânicos atacaram posições costeiras e fluviais. Vapor, artilharia, disciplina e logística imperial deram vantagem. Tropas Qing resistiram em vários pontos, mas comando, equipamento e capacidade de responder a uma guerra marítima distante eram desiguais.

Vitória tecnológica não explica motivo nem legitimidade. A Grã-Bretanha mobilizou recursos da Índia e de um império oceânico; Qing defendia vasta fronteira com sistema militar desenhado para outros desafios. O resultado foi imposição, não encontro neutro entre modernidade e tradição.

A população local viveu guerra, contrabando e deslocamento, mas fontes militares não representam todas as experiências.

16.4 Tratado de Nanjing e Bogue

O Tratado de Nanjing de 1842 abriu cinco portos, estabeleceu indenização e cedeu Hong Kong à Grã-Bretanha. O tratado suplementar de Bogue incluiu extraterritorialidade e cláusula de nação mais favorecida. Estados Unidos e França obtiveram acordos semelhantes.

Tratados desiguais descrevem acordos impostos sob assimetria militar que restringiram tarifa e jurisdição chinesas. Eles não transformaram China inteira em colônia nem deram controle estrangeiro uniforme. Portos de tratado tornaram-se enclaves e interfaces onde autoridades Qing, cônsules, comerciantes e residentes negociavam regras.

O ópio não foi legalizado pelo Tratado de Nanjing; seu status mudou depois. Precisão cronológica evita atribuir todas as concessões a um único documento.

16.5 Consequências imperiais

A guerra alterou percepção de ameaça e estimulou tradução, estudo de armas e defesa costeira. Reformas maiores seriam aceleradas pelas crises das décadas seguintes. Qing continuou soberano e territorialmente extenso, mas estrangeiros ganharam direitos que cidadãos chineses não controlavam por seus tribunais.

Na Grã-Bretanha, vitória ampliou comércio e prestígio imperial. Na Índia, receita do ópio reforçou finanças coloniais. Hong Kong tornou-se colônia e porto estratégico. A conexão triangular evidencia como um império podia usar um território colonizado para pressionar outro.

A guerra também contribuiu para narrativas nacionalistas posteriores; memória não deve substituir análise das decisões de 1839-1842.

16.6 Comparação com abertura do Japão

Em 1853-1854, depois do limite deste volume, navios dos Estados Unidos pressionariam Tokugawa a acordos. A comparação é útil apenas se não pressupõe destino idêntico. Japão possuía escala, instituições e geografia diferentes; elites acompanharam a experiência Qing e debateram respostas.

Em 1850, a ordem regional asiática estava sob pressão, mas não havia sido substituída por domínio europeu total.

Etapa	Agente	Recurso de poder	Efeito
Produção	Companhia na Índia	Monopólio e receita colonial	Oferta de ópio para leilão
Contrabando	Comerciantes e intermediários	Crédito, navio e corrupção	Entrada apesar da proibição Qing
Repressão	Lin Zexu e autoridades	Lei imperial e confisco	Crise diplomática e comercial
Guerra	Estado britânico	Marinha, vapor e bases imperiais	Derrota militar Qing
Tratados	Potências estrangeiras	Coerção e cláusulas jurídicas	Portos, indenização e extraterritorialidade

Mito versus evidência: Mito: a guerra ocorreu porque a China recusava comércio moderno. Evidência: comércio era amplo; a crise surgiu do contrabando de ópio, de disputas de jurisdição e da decisão britânica de usar força para ampliar direitos.

Leituras-base do capítulo: Julia Lovell, *The Opium War*; Stephen R. Platt, *Imperial Twilight*; James Polachek, *The Inner Opium War*; John K. Fairbank, *Trade and Diplomacy on the China Coast*; Song-Chuan Chen, *Merchants of War and Peace*; Asia for Educators, *The Opium War and Foreign Encroachment*.

17. Comparação final: o mundo por volta de 1850

17.1 O que havia mudado

Em 1850, impérios continuavam dominantes. Qing, Otomano, Russo, Habsburgo e britânico governavam populações diversas; Brasil era império; França voltava a regime republicano antes de nova mudança; companhias e colônias reorganizavam Ásia e oceanos. Revoluções alteraram legitimidade, mas não substituíram império por nação em escala global.

A Grã-Bretanha possuía vantagem industrial, financeira e naval sem precedente. Sua influência alcançava Índia, China, Atlântico e colônias de povoamento. Essa posição dependia de carvão e fábrica, mas também de receitas indianas, algodão escravista, bancos, marinha e aliados.

Estados e comunidades não europeias reformavam exércitos, tributação e conhecimento. Diferença de poder crescia, mas respostas ainda eram abertas.

17.2 Soberania depois das revoluções

Constituições, cidadania e representação tornaram-se linguagens internacionais. Monarquias adotaram cartas; impérios criaram reformas; repúblicas reivindicaram povo e nação. Na prática, propriedade, gênero, raça e status continuaram a limitar participação.

Independência podia ampliar autonomia de elites coloniais e reduzir direitos corporativos indígenas. Abolição podia acabar com propriedade legal de pessoas e preservar desigualdade material. Soberania popular era princípio disputado, não realidade uniforme.

O Estado nacional emergia dentro de estruturas imperiais e transnacionais, não fora delas.

17.3 Trabalho entre liberdade e coerção

Em 1850 coexistiam escravidão atlântica, servidão russa, trabalho assalariado fabril, corveia, recrutamento, trabalho penal, contratos de dívida e obrigações comunitárias. Não existe linha simples do trabalho não livre ao livre.

Contrato assalariado ampliou mobilidade e escolha para muitos, mas trabalhadores sem propriedade enfrentavam disciplina e insegurança. Abolições transformaram estatuto jurídico de milhões e abriram disputas por terra, família e cidadania. Escravidão expandiu-se no sul dos Estados Unidos e em Cuba e Brasil em setores ligados ao mercado mundial.

Industrialização e emancipação foram processos contemporâneos e contraditórios.

17.4 Receita, dívida e informação

Estados ampliaram dívida pública, alfândegas, impostos, censos, correios e estatísticas. Ferrovias e telégrafo, ainda iniciais em 1850, começavam a reduzir tempo de comunicação. Poder de classificar populações crescia, mas dados eram produzidos por agentes locais e categorias contestadas.

Companhias perderam ou transformaram papéis. A VOC desapareceu; a EIC governava vastos territórios e seria substituída pela Coroa depois de 1857. Corporação e Estado continuavam interdependentes.

Dívida permitia guerra e infraestrutura, mas criava dependência de credores. Haiti exemplifica dívida como punição internacional; novos Estados latino-americanos enfrentaram empréstimos e receitas instáveis.

17.5 Cinco formas de expansão

Expansão assumia conquista territorial, tratado desigual, colonização de povoamento, governo de companhia e influência financeira. Rússia avançava em fronteiras terrestres; Grã-Bretanha combinava Índia, colônias e portos; Estados Unidos expandiam assentamentos; França iniciava conquista da Argélia desde 1830; impérios africanos e asiáticos também ampliavam territórios regionalmente.

Essas formas podiam coexistir. Um tratado abria porto; uma companhia arrecadava; colonos exigiam terra; marinha protegia comércio. Imperialismo do fim do século XIX herdaria e ampliaria esse repertório, mas não estava completo.

17.6 Um método para evitar teleologia

Primeiro, compare formações que coexistiram no mesmo ano. Segundo, identifique mecanismo concreto. Terceiro, registre quem financiou a capacidade. Quarto, distinga lei, reivindicação e controle. Quinto, procure alternativas discutidas pelos contemporâneos.

Em 1757, vitória da Companhia em Plassey coexistiu com expansão Qing e Guerra dos Sete Anos. Em 1793, missão Macartney coexistiu com revoluções atlânticas e ascensão qajar. Em 1821, independência grega, guerra no México e conflitos sul-americanos ocorreram ao mesmo tempo. Em 1848, revoluções europeias coexistiram com expansão colonial na Índia e crise Qing.

Formação c. 1850	Escala	Receita	Trabalho	Limite central
Império britânico	Oceânica e territorial	Impostos, alfândega, dívida e Índia	Assalariado, colonial e escravista indireto	Distância, resistência e custo
Império Qing	Continental multiétnica	Terra, sal e comércio	Camponês, artesanal e serviço	Rebeliões e tratados desiguais
Império Russo	Continental eurasiática	Imposto, serviço e recursos	Servidão, recrutamento e salário	Transporte e diversidade
Império Otomano	Intercontinental reformista	Imposto, alfândega e dívida inicial	Camponês, artesanal e militar	Províncias e pressão externa
Estados americanos	Repúblicas e império brasileiro	Alfândega, terra e crédito	Livre, escravizado e comunitário	Regionalismo e cidadania desigual
Poderes africanos	Reinos e confederações	Tributo, agricultura e comércio	Familiar, dependente e escravizado	Pressão comercial e conflito regional

Conclusão: Entre 1700 e 1850, revolução e indústria aumentaram certas capacidades sem criar uma autoridade mundial. O poder britânico cresceu por conexões imperiais; sociedades americanas, africanas e asiáticas continuaram a decidir, adaptar e resistir dentro de relações cada vez mais desiguais.

Leituras-base do capítulo: Jürgen Osterhammel, *The Transformation of the World*; C. A. Bayly, *The Birth of the Modern World*; Jane Burbank e Frederick Cooper, *Empires in World History*; John Darwin, *Unfinished Empire*; Frederick Cooper, *Colonialism in Question*; Kenneth Pomeranz, *The Great Divergence*.

Apêndice A. Cronologia analítica

A.1 Como ler a cronologia

Datas ajudam a localizar coexistências, mas não substituem processos. Uma lei pode levar anos para ser aplicada; uma batalha não encerra uma ordem política; uma invenção pode permanecer regional. Use cada linha para perguntar que condições anteriores tornaram o acontecimento possível e que resultados não estavam garantidos.

A.2 De 1700 a 1765

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1701-1714	Europa e Atlântico	Guerra da Sucessão Espanhola	Dinastia, comércio e colônias conectam guerra europeia e oceânica
1707	Grã-Bretanha e Índia	União britânica; morte de Aurangzeb	Novo Estado fiscal coexiste com recomposição mogol

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1709	Rússia	Batalha de Poltava	Rússia ganha posição na guerra do Báltico
1713	Atlântico	Tratado de Utrecht e asiento britânico	Paz europeia redistribui privilégios do tráfico
1717	Sul da Ásia	Farrukhsiyar concede privilégios à EIC	Companhia ainda opera sob soberania mogol
1720	França e Atlântico	Colapso do sistema de John Law	Crédito imperial e especulação revelam riscos financeiros
1721	Eurásia	Tratado de Nystad	Rússia consolida acesso ao Báltico
1722	Irã	Queda de Isfahan	Crise safávida abre disputa dinástica
1723	Qing	Yongzheng inicia reinado	Reforma fiscal e fortalecimento administrativo
1730	Otomanos	Rebelião Patrona Halil	Reforma e vida urbana enfrentam conflito político
1736	Irã	Nadir Shah coroado	Reconstrução militar pós-safávida
1739	Índia	Nadir Shah toma Delhi	Vulnerabilidade mogol e redistribuição de riqueza
1740-1748	Europa e colônias	Guerra da Sucessão Austríaca	Conflito dinástico alcança América e Índia
1747	África ocidental	Consolidação de Asante no século XVIII	Estado regional articula confederação, ouro e tributo
1751-1757	França	Encyclopédie começa a circular	Conhecimento e ofícios entram em debate público
1755	Portugal	Terremoto de Lisboa e reformas pombalinas	Catástrofe, reconstrução e autoridade estatal
1756-1763	Global	Guerra dos Sete Anos	Europa, América, África e Índia formam teatro interligado
1757	Bengala	Batalha de Plassey	Aliança de corte permite influência territorial da Companhia
1759	América do Norte	Queda de Quebec	Poder francês continental enfraquece
1761	Índia	Terceira batalha de Panipat	Limita expansão maratha sem encerrá-la
1763	Impérios atlânticos	Paz de Paris e Proclamação Real	Grã-Bretanha ganha territórios e tenta regular fronteira indígena
1764	Bengala	Batalha de Buxar	Companhia amplia base para arrecadação
1765	Índia	Concessão do diwani	Receita bengali financia governo corporativo

A.3 De 1767 a 1815

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1767	Sudeste Asiático	Queda de Ayutthaya	Destruição de capital seguida por rápida recomposição tai
1769-1773	Bengala	Grande fome	Clima, mercado e fiscalidade de companhia interagem
1773	Rússia	Revolta de Pugachev começa	Fronteira, servidão e autoridade imperial entram em conflito

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1775-1783	América do Norte	Guerra de Independência	República colonial emerge e expande pressão sobre povos indígenas
1776	Atlântico	Declaração dos Estados Unidos; A Riqueza das Nações	Soberania e economia política circulam em contexto imperial
1780-1781	Andes	Rebelião de Tupac Amaru II e Micaela Bastidas	Tributo, trabalho e autoridade colonial são contestados
1783	Rússia e mar Negro	Incorporação da Crimeia	Expansão russa altera equilíbrio otomano
1787	Estados Unidos	Constituição federal	República combina representação, federalismo e compromissos escravistas
1788	Austrália	Colônia britânica em New South Wales	Colonização penal e expropriação indígena começam nova escala
1789	França	Revolução Francesa começa	Privilégio e soberania entram em transformação
1791	Haiti	Revolução em Saint-Domingue	Pessoas escravizadas tornam emancipação questão atlântica central
1792-1793	Europa	República francesa e guerra ampliada	Revolução passa a conflito internacional
1793	China	Missão Macartney	Protocolos Qing e demandas britânicas entram em tensão
1793	Bengala	Permanent Settlement	Companhia redefine propriedade e receita
1794	Império francês	Primeira abolição da escravidão	Revolução haitiana força universalismo colonial
1795	África austral	Primeira ocupação britânica do Cabo	Guerra europeia transforma fronteira africana
1796-1804	Qing	Rebelião do Lótus Branco	Custos militares e milícias expõem limites do centro
1798	Egito	Expedição francesa	Guerra europeia, ciência e estratégia imperial alcançam o Nilo
1799	Europa e Ásia	Golpe de Brumário; fim da VOC	Autoridade napoleônica e crise corporativa coexistem
1802	França e colônias	Napoleão restaura escravidão onde controla	Direito revolucionário sofre reversão imperial
1803	Atlântico e América do Norte	Independência haitiana em curso; compra da Louisiana	Derrota colonial francesa reorienta expansão dos EUA
1804	Haiti e França	Independência do Haiti; Napoleão imperador	Emancipação negra e novo império europeu coexistem
1804	África ocidental	Jihad de Usman dan Fodio começa	Reforma islâmica cria nova ordem política
1807-1808	Atlântico	Abolições britânica e estadunidense do tráfico entram em vigor	Proibição legal não encerra viagens clandestinas
1807-1808	Império português	Corte transfere-se ao Rio de Janeiro	Capital imperial muda de continente
1810	América espanhola	Juntas e insurgências	Crise dinástica transforma soberania
1812	Europa	Invasão napoleônica da Rússia; Constituição de Cádiz	Guerra e constitucionalismo atravessam impérios
1813	Irã e Rússia	Tratado de Gulistan	Qajar perde territórios caucasianos
1815	Global	Waterloo e Congresso de Viena; Reino Unido luso-brasileiro	Restauração europeia coexiste com reordenação americana

A.4 De 1816 a 1850

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1816	América do Sul	Haiti apoia expedição de Bolívar	Emancipação haitiana influencia independências
1818	Índia	Derrota política maratha diante da Companhia	EIC amplia hegemonia territorial
1820	Portugal e Espanha	Revoluções constitucionais	Liberalismo desafia restauração
1820-1821	Sudão	Conquista por forças egípcias	Reforma egípcia conecta Nilo, tributo e expansão
1821	México, Grécia e Irã	Independência mexicana; revolução grega; nova guerra russo-persa	Rupturas americanas e eurasiáticas coexistem
1822	Brasil	Separação de Portugal	Monarquia independente preserva império e escravidão
1824	Brasil e México	Constituição brasileira; república mexicana	Modelos distintos sucedem impérios ibéricos
1825	Haiti	França impõe indenização por reconhecimento	Dívida internacional pune emancipação
1826	Otomanos	Fim do corpo janízaro	Centralização militar redistribui poder
1828	Irã	Tratado de Turkmenchay	Pressão russa amplia perdas qajar
1829	Europa	Independência grega reconhecida em processo	Nacionalismo depende de intervenção internacional
1830	Europa e Argélia	Revoluções; França inicia conquista da Argélia	Liberalismo europeu coexiste com expansão colonial
1830	Estados Unidos	Indian Removal Act	Estado amplia colonização de povoamento
1831-1840	Brasil	Regência e revoltas provinciais	Unidade imperial é construída por conflito
1833-1838	Império britânico	Abolição da escravidão e aprendizagem	Emancipação legal preserva compensação a proprietários
1835	Brasil	Revolta dos Malês	Africanos muçulmanos escravizados e livres organizam ação política
1837-1838	Canadá	Rebeliões no Alto e Baixo Canadá	Crise colonial leva a reformas de governo
1839	China	Lin Zexu reprime comércio de ópio	Conflito de lei e comércio torna-se crise imperial
1839	Otomanos	Édito de Gülhane	Tanzimat formula nova linguagem administrativa
1840	Nova Zelândia	Tratado de Waitangi	Tradução produz soberania contestada
1840-1841	Mediterrâneo	Potências limitam Muhammad Ali	Equilíbrio europeu preserva império Otomano
1842	China	Tratado de Nanjing	Guerra impõe portos, indenização e Hong Kong
1844	China	Tratados com Estados Unidos e França	Direitos estrangeiros ampliam-se
1845-1849	Irlanda	Grande Fome	Doença da batata, propriedade e política imperial interagem

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1846-1848	América do Norte	Guerra entre Estados Unidos e México	Expansão territorial redefine fronteiras e soberanias
1848	Europa e colônias	Revoluções; abolição francesa	Cidadania e emancipação avançam sob reação política
1848	Nova Zelândia	Colonização britânica cresce após tratado	Garantias formais e ocupação de terra entram em tensão
1850	Comparação	Indústria britânica, impérios e Estados pós-revolucionários coexistem	Poder desigual cresce sem domínio mundial único

Exercício: Escolha 1793, 1821 ou 1848 e compare quatro acontecimentos em regiões diferentes. Explique conexões demonstráveis e coincidências que não devem ser confundidas com causalidade.

Apêndice B. Quadros de coexistência

B.1 Instantâneo de 1700

Espaço	Formação	Base de receita	Conexão	Questão comparativa
China	Qing	Terra, sal e comércio	Prata, chá e fronteiras	Como governar diversidade multiétnica?
Sul da Ásia	Mogol	Receita agrária e serviço	Têxteis e Índico	Como o centro depende de intermediários?
Mediterrâneo	Otomano	Terra, alfândega e impostos	Café, peregrinação e guerra	Autonomia provincial reduz ou sustenta o império?
Atlântico	Impérios coloniais	Alfândega, plantação e crédito	Tráfico, açúcar e navios	Quem financia e trabalha?
África	Reinos e cidades diversos	Agricultura, tributo e comércio	Atlântico, Saara e Índico	Que conexões não passam pela Europa?

B.2 Instantâneo de 1750

Espaço	Formações	Mudança recente	Coexistência decisiva	Evitar
China e Ásia interior	Qing de Qianlong	Expansão fronteiriça	Burocracia e instituições manchus	Chamar conquista de unificação nacional simples
Índia	Mogol, Marathas e estados regionais	Descentralização	Companhias sob soberania indiana	Tratar Plassey como destino
Europa	Estados fiscais e impérios	Crédito e guerra global	Monarquia, parlamento e privilégios	Supor Estado-nação consolidado
África ocidental	Asante, Oyo, Dahomey e outros	Expansões regionais	Comércio atlântico e interior	Reduzir tudo ao tráfico
Américas	Colônias e soberanias indígenas	Plantação e fronteiras	Império depende de alianças locais	Pintar controle europeu uniforme

B.3 Instantâneo de 1800

Espaço	Formações	Crise ou expansão	Relação global	Pergunta
Atlântico	EUA, França revolucionária, Haiti em luta e impérios	Revolução e guerra	Direitos, escravidão e crédito	Quem é incluído no universalismo?
Sul da Ásia	EIC, Marathas, Mysore e estados aliados	Governo corporativo cresce	Receita indiana financia guerra	Companhia ainda é empresa privada comum?
China	Qing	Rebelião e comércio de Cantão	Chá, prata e ópio emergente	Regulação é isolamento?
África	Sokoto em formação, Asante, Oyo e redes regionais	Reforma e reconfiguração	Atlântico, Saara e Índico	Como pressões externas variam?

Espaço	Formações	Crise ou expansão	Relação global	Pergunta
Europa e Rússia	Napoleão e coalizões	Guerra fiscal	Colônias e exércitos multinacionais	Reforma equivale a liberdade?

B.4 Instantâneo de 1825

Espaço	Formação	Transformação	Capacidade preservada	Conexão
América Latina	Repúblicas e Império do Brasil	Independências	Elites, municípios e exércitos	Dívida, comércio e escravidão
Haiti	Estado independente	Reconhecimento sob indenização	Soberania e emancipação	Isolamento e crédito francês
Império Otomano e Egito	Reformas concorrentes	Novo exército e centralização	Tributo e burocracia	Intervenção europeia
Rússia	Império pós-Viena	Autocracia e expansão	Exército e território	Cáucaso e equilíbrio europeu
Ásia oriental	Qing, Tokugawa e Joseon	Comércio regulado e mudanças internas	Administração e mercados	Pressão estrangeira ainda seletiva

B.5 Instantâneo de 1850

Espaço	Formação	Vantagem ou pressão	Trabalho	Próxima transformação
Grã-Bretanha e império	Estado industrial e colonial	Indústria, marinha e Índia	Assalariado e colonial	Expansão imperial vitoriana
China Qing	Império multiétnico	Tratados desiguais e rebeliões	Camponês e artesanal	Taiping e reformas
Rússia	Império continental	Exército amplo, indústria limitada	Servidão e recrutamento	Guerra da Crimeia e emancipação
Américas	Estados pós-independência	Expansão territorial	Livre, escravizado e comunitário	Abolições e guerras civis
África	Estados e redes autônomas	Pressão comercial crescente	Formas diversas e escravidão	Conquista europeia posterior, não inevitável

B.6 Coexistência direta e comparação sem contato

Par	Tipo de coexistência	Canal	Evidência
Qing e Grã-Bretanha	Direta e diplomática	Cantão, Macartney, ópio e guerra	Editos, cartas, contas e tratados
Mogol-EIC e Marathas	Direta e rival	Receita, tratado e exército	Farmans, arquivos de companhia e crônicas
Haiti e América Latina	Direta e política	Refúgio, armas e diplomacia	Correspondência e proclamações
Otomanos e Rússia	Direta e imperial	Guerra, tratado e comércio	Tratados, ordens e mapas
Asante e Tokugawa	Sem contato demonstrado	Simultaneidade comparável	Comparar mecanismos, não influência
Austrália colonial e fronteira do Cabo	Conectada pelo império britânico	Administração, navios e circulação de pessoal	Arquivos coloniais e legislação

Apêndice C. Matrizes comparativas

C.1 Revolução, reforma e restauração

Processo	Fonte de legitimidade	Instrumento	Limite
Revolução americana	Povo e direitos coloniais	Constituição e federalismo	Escravidão e soberania indígena
Revolução francesa	Nação e cidadania	Assembleia, república e código	Exclusões e guerra
Revolução haitiana	Emancipação e independência	Exército, constituição e diplomacia	Isolamento e dívida
Reformas otomanas	Dinastia, ordem e utilidade	Exército, ministério e édito	Províncias e custo fiscal
Restauração de Viena	Dinastia e equilíbrio	Tratado e congresso	Liberalismo e nacionalismo persistem

C.2 Trabalho e estatuto

Regime	Relação jurídica	Mobilidade	Cuidado comparativo
Escravidão atlântica	Propriedade transmissível de pessoas	Controlada, com fuga e alforria possíveis	Não confundir possibilidade de ação com liberdade
Servidão russa	Vínculo camponês a senhor e comunidade	Restrita e variável	Não idêntica à escravidão atlântica
Trabalho fabril	Contrato e salário	Formalmente livre	Dependência econômica e disciplina permanecem
Trabalho penal	Sentença e Estado	Coercitiva	Central em colonização australiana
Corveia e recrutamento	Obrigação fiscal ou militar	Temporária ou prolongada	Varia por Estado e comunidade
Aprendizagem pós-abolição	Contrato compulsório transitório	Limitada	Emancipação legal incompleta na prática

C.3 Formas de colonialismo

Forma	Objetivo	Instituição	Exemplo
Governo de companhia	Receita e comércio territorial	EIC, exército e tribunal	Bengala e expansão na Índia
Colonização de povoamento	Terra e população permanente	Colônia, tratado e título	Austrália e Estados Unidos
Enclave e tratado desigual	Porto, jurisdição e comércio	Consulado e extraterritorialidade	China após 1842
Plantação escravista	Exportação agrícola coerciva	Propriedade, crédito e polícia	Caribe, Brasil e sul dos EUA
Fronteira continental	Tributo, segurança e assentamento	Forte, missão e colono	Rússia eurasiática
Conquista estatal	Território e prestígio	Exército e administração	Argélia francesa desde 1830

C.4 Industrialização em escala global

Elemento	Base local britânica	Dependência externa	Interpretação cautelosa
Algodão	Máquina, fábrica e carvão	Fibra escravista e mercados	Império é componente, não causa única
Capital	Bancos, lucros e crédito	Comércio atlântico e Índia	Origem do investimento varia
Conhecimento	Artesãos, ciência e patentes	Técnicas e produtos globais	Inovação é coletiva
Mercado	Urbanização e renda	Colônias e comércio	Demanda não é ilimitada
Poder naval	Imposto, estaleiro e dívida	Bases e tripulações imperiais	Marinha protege e produz mercado

C.5 Segurança da evidência

Afirmação	Nível	Justificativa	Formulação recomendada
Haiti aboliu escravidão por revolução	Seguro	Leis, constituições e independência	Distinguir fases de 1791 a 1804
Plassey dependeu de alianças locais	Seguro	Correspondência e resultado político	Não reduzir a traição individual
Industrialização britânica teve causa única	Fraco	Múltiplos fatores convergem	Explicitar combinação e debate
Qing esteve isolado antes de 1839	Incorreto	Comércio interno, asiático e Cantão	Falar em regulação seletiva
Mfecane foi causado apenas por Shaka	Debatido e simplificador	Processos regionais e coloniais múltiplos	Identificar região, cronologia e fonte
Revoluções criaram cidadania universal	Incorreto como descrição	Exclusões legais documentadas	Separar princípio, lei e prática

Regra de comparação: Se duas sociedades usam palavras diferentes, compare direitos, obrigações e recursos antes de concluir que as instituições são incomparáveis. Se usam a mesma palavra, verifique se o funcionamento também é semelhante.

Apêndice D. Glossário essencial

Abolicionismo: Conjunto plural de movimentos contra tráfico e escravidão. Reuniu pessoas escravizadas e livres, organizações negras, grupos religiosos, parlamentares, trabalhadores e autores. Não deve ser atribuído a uma única nação.

Ajami: Uso do alfabeto árabe para escrever línguas africanas e outras línguas não árabes. Manuscritos ajami preservam ensino, poesia, administração e debate político frequentemente ausentes de arquivos coloniais.

Asiento: Contrato da Monarquia Hispânica que concedia a particulares ou companhias direito de fornecer pessoas africanas escravizadas às colônias. Em Utrecht, britânicos obtiveram privilégio decisivo.

Casta: Categoria social e administrativa cujo significado variou. Na América ibérica, classificações de origem e condição eram negociadas e inconsistentes; na Índia colonial, censos e leis tornaram certas categorias mais rígidas.

Cidadania: Relação de pertencimento político com direitos e deveres. Constituições revolucionárias ampliaram sua linguagem, mas gênero, propriedade, raça, religião e status colonial limitaram aplicação.

Colonialismo de povoamento: Projeto de instalar população colonizadora permanente e transferir terra, frequentemente deslocando ou subordinando povos indígenas. Não é sinônimo de toda forma colonial.

Companhia-Estado: Corporação que exerce funções de soberania, como guerra, tratado, imposto e tribunal. A EIC tornou-se exemplo, mas permaneceu dependente do Parlamento britânico e de recursos indianos.

Congresso de Viena: Negociação de 1814-1815 que reorganizou fronteiras e equilíbrio europeu após Napoleão. Não restaurou integralmente a ordem anterior nem impediu revoluções.

Corveia: Obrigação de trabalho devida a senhor, comunidade ou Estado. Sua duração e base jurídica variam; não deve ser automaticamente equiparada a escravidão.

Diwani: Direito de arrecadar receita concedido à Companhia Inglesa em 1765 em Bengala, Bihar e Orissa. Marco da transformação de comerciante em governo territorial.

Emancipação: Mudança jurídica que encerra cativo ou dependência. Pode ocorrer individual ou coletivamente. Não garante por si só terra, renda, reparação ou igualdade.

Estandartes Qing: Unidades militares, sociais e domésticas ligadas à conquista manchu. Incluíam manchus, mongóis e chineses e sustentavam identidade e serviço distintos da burocracia civil.

Extraterritorialidade: Privilégio pelo qual estrangeiros são julgados por suas autoridades consulares em vez dos tribunais do território onde vivem. Na China, foi imposto por tratados do século XIX.

Grande divergência: Debate sobre quando e por que certas regiões da Europa ocidental ultrapassaram regiões asiáticas em renda, energia e produção. Não é fato explicado por uma causa consensual.

Governo indireto: Administração que utiliza governantes, chefes, proprietários ou instituições locais. Pode reduzir custos do centro e preservar ou reconstruir hierarquias.

Iluminismos: Movimentos intelectuais diversos sobre razão, ciência, religião, comércio e governo. O plural evita tratar autores europeus como bloco coerente ou universalista sem contradições.

Indenização haitiana: Pagamento imposto pela França ao Haiti em 1825 como condição de reconhecimento. Comprometeu receitas e transformou emancipação em dívida internacional.

Industrialização: Transformação prolongada de energia, tecnologia, organização do trabalho e produção. Não se resume a máquinas e não ocorreu de modo uniforme.

Janízaro: Membro de corpo militar e político otomano de origem e composição mutáveis. No século XVIII, estava inserido em comércio e vida urbana; foi eliminado por Mahmud II em 1826.

Malikane: Contrato otomano de arrecadação vitalícia. Conectava investidores, notáveis provinciais e Estado e mostra que descentralização podia financiar o império.

Mansab: Grau de serviço no sistema mogol, associado a obrigação militar e remuneração. Continuou como linguagem de autoridade durante fragmentação regional.

Mfecane: Termo usado para guerras e migrações na África austral no início do século XIX. É debatido quando atribui processos amplos a uma causa zulu única e apaga pressões coloniais e comerciais.

Nação mais favorecida: Cláusula pela qual concessões futuras a uma potência estendem-se a outra. Em tratados chineses, ampliou direitos estrangeiros cumulativamente.

Nizam-i Cedid: Novo sistema associado a Selim III para exército, treinamento e receita. Sua resistência revela custos corporativos da reforma.

Opinião pública: Espaço histórico de debate por imprensa, associação, leitura e oralidade. Não representa automaticamente maioria nem sociedade inteira.

Permanent Settlement: Acordo de receita implantado pela Companhia em Bengala em 1793, que reconheceu zamindares como proprietários responsáveis por pagamento fixo. Transformou direitos anteriores.

Peshwa: Cargo de primeiro-ministro que se tornou central na confederação maratha. Seu poder coexistia com outras casas e autoridades.

Racismo científico: Produção de classificações hierárquicas apresentadas como ciência. Consolidou-se gradualmente e forneceu linguagem a escravidão e colonialismo; enfrentou críticas desde o próprio período.

Ryotwari: Sistema de receita colonial associado a acordos com cultivadores individuais, especialmente no sul e oeste da Índia. Categorias e avaliação variavam na prática.

Sakoku: Rótulo posterior para regulações marítimas Tokugawa. A expressão país fechado é enganosa porque comércio e diplomacia continuaram por canais autorizados.

Sipaio: Soldado sul-asiático em exércitos de companhias europeias. A expansão britânica dependeu numericamente e tecnicamente desses regimentos.

Soberania graduada: Autoridade que varia por território, grupo e função. Um império pode cobrar tributo, controlar comércio ou nomear governante sem administrar toda a vida local.

Tanzimat: Período de reformas otomanas formalmente iniciado pelo Édito de Gülhane em 1839. Buscou reorganizar lei, imposto, recrutamento e burocracia.

Terra nullius: Doutrina jurídica que tratou terras australianas como sem soberania ou propriedade reconhecível segundo critérios britânicos. Apagou leis e territorialidades aborígenes.

Tratado desigual: Acordo imposto sob forte assimetria militar que concede privilégios como portos, tarifas limitadas ou extraterritorialidade. Não significa colonização territorial completa.

Trabalho livre: Categoria jurídica de contrato sem propriedade da pessoa. Pode coexistir com pobreza, dívida, punição e dependência; deve ser comparada sem equipará-la a escravidão.

Universalismo: Afirmção de princípios válidos para todos. Historicamente, direitos universais foram limitados e também apropriados por grupos excluídos para ampliar cidadania.

Zamindar: Detentor de direitos fiscais e locais no mundo mogol. A administração britânica redefiniu posições diversas como propriedade agrária em certos sistemas.

Apêndice E. Laboratório de fontes e atividades

E.1 Protocolo de leitura em oito perguntas

1. Quem produziu a fonte e qual era sua posição institucional?
2. O documento foi escrito durante o evento, depois dele ou para justificar uma decisão?
3. Quem era o público previsto e que ação o autor desejava provocar?
4. Quais categorias são usadas para classificar pessoas, trabalho e território?
5. Que recursos, intermediários e distâncias aparecem ou são omitidos?
6. O texto descreve prática, reivindicação, norma ou memória?
7. Que fonte independente permitiria verificar a afirmação?
8. O que não pode ser concluído com segurança?

E.2 Dossiê 1 - Declarações americana, francesa e haitiana

Compare a Declaração de Independência dos Estados Unidos, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e uma constituição haitiana. Não procure uma linha de progresso; identifique sujeitos políticos, inimigos, propriedade e alcance territorial.

- Marque quem é apresentado como povo.
- Registre direitos declarados e exclusões observáveis.
- Compare liberdade política, emancipação e soberania externa.
- Escreva conclusão que reconheça circulação e inovação local.

E.3 Dossiê 2 - Petição e cidadania

Escolha uma petição de mulheres na Revolução Francesa, uma petição negra ou indígena nas Américas e uma reivindicação de trabalhador britânico. Petições obedecem a fórmulas de respeito, mas podem conter crítica.

- Identifique autoridade a quem se dirige.
- Separe direito já reconhecido de novo direito reivindicado.
- Observe como autores demonstram mérito ou pertencimento.
- Não trate o documento como opinião de todo o grupo.

E.4 Dossiê 3 - SlaveVoyages e narrativa individual

Selecione um período e rota no banco SlaveVoyages e combine o resultado com uma narrativa de pessoa escravizada ou liberta. O objetivo é impedir que números apaguem experiência e que uma vida represente milhões.

- Registre filtros, data de acesso e cobertura.
- Apresente totais como estimativas.
- Compare origem, destino e bandeira em duas fases.
- Explique o que a base não registra sobre parentesco e comunidade.

E.5 Dossiê 4 - Plassey e o diwani

Leia relatos conflitantes sobre Plassey e o documento que concede diwani à Companhia. Uma vitória militar e um direito fiscal são eventos diferentes.

- Faça lista de aliados, financiadores e tropas.

- Diferencie influência sobre o nawab de governo direto.
- Trace como receita local financiou expansão posterior.
- Evite a expressão conquista britânica sem identificar a etapa.

E.6 Dossiê 5 - Macartney, Qianlong e Lin Zexu

Compare a resposta de Qianlong à missão Macartney com a carta de Lin Zexu à rainha Vitória. Entre 1793 e 1839, comércio, ópio e poder naval mudaram.

- Identifique protocolos diplomáticos incompatíveis.
- Separe comércio legal, contrabando e exigência de representação.
- Registre como cada autor descreve moral e lei.
- Compare com o Tratado de Nanjing sem projetar o resultado para 1793.

E.7 Dossiê 6 - Mapa de fronteira russa

Use três mapas de datas diferentes para Crimeia, Cáucaso ou Sibéria. Cores nacionais podem transformar avanço gradual em posse instantânea.

- Marque fortes, rotas, tratados e assentamentos.
- Diferencie tributo de administração provincial.
- Acrescente povos e autoridades apagados pela legenda.
- Redesenhe a fronteira como zonas de intensidade.

E.8 Dossiê 7 - Reforma otomana e resistência

Leia o Édito de Gülhane e um estudo de prática provincial. O édito formula promessas; a administração revela aplicação.

- Identifique segurança, imposto e recrutamento.
- Pergunte quais instituições existiam antes de 1839.
- Compare direitos anunciados e capacidade fiscal.
- Evite chamar toda resistência de tradicionalismo.

E.9 Dossiê 8 - Fábrica e plantação

Coloque um inventário de fábrica têxtil, depoimentos sobre jornada e registros de algodão lado a lado. O produto final atravessa relações de trabalho distintas.

- Trace fibra, transporte, fiação, tecelagem e venda.
- Liste trabalho escravizado, assalariado e doméstico.
- Separe preço do tecido de bem-estar do trabalhador.
- Inclua energia e poluição na cadeia.

E.10 Dossiê 9 - Tratado de Waitangi

Compare versões inglesa e Māori com apoio de tradução acadêmica. Palavras de governo e soberania não são equivalentes automáticos.

- Identifique conceitos que mudam entre versões.
- Registre expectativas de chefes e da Coroa.
- Compare promessa de posse com colonização posterior.

- Explique por que assinatura não encerra interpretação.

E.11 Dossiê 10 - Haiti e indenização

Leia o ato francês de 1825, contas de pagamento e análise econômica. Reconhecimento diplomático foi condicionado por ameaça e dívida.

- Diferencie reparação a vítimas de compensação a antigos proprietários.
- Trace credores, Estado haitiano e receitas.
- Compare soberania formal e autonomia financeira.
- Evite atribuir dificuldades haitianas a incapacidade cultural.

E.12 Oficina de cronologia conectada

1. Selecione seis formações coexistentes em 1757, 1793, 1821 ou 1848.
2. Para cada uma, marque receita, trabalho e fronteira.
3. Conecte apenas relações com canal demonstrável.
4. Use linha tracejada para comparação sem contato.
5. Escreva duas semelhanças limitadas e três diferenças explicativas.
6. Classifique cada conclusão como segura, provável ou debatida.

E.13 Oficina de artigo para blog

Um artigo forte pode ser construído em seis blocos:

1. Título-problema, não ranking: Como uma companhia comercial virou governo territorial na Índia?
2. Cena documentada com fonte identificada.
3. Contexto de 150 a 250 palavras e mini-cronologia.
4. Três mecanismos comparados: receita, intermediários e limite.
5. Quadro mito versus evidência.
6. Conclusão com nível de segurança e cinco leituras.

Adapte a redação à sua voz, preserve a autoria do material-base e cite obras consultadas. Imagens, mapas, gravuras e vídeos exigem verificação própria de licença. Acervo público não significa automaticamente domínio público.

E.14 Temas de posts seriados

- Por que 1700 não era um mundo europeu.
- Qing: império multiétnico, não China isolada.
- Plassey: vitória de coalizão e construção do governo de companhia.
- Haiti mudou a definição atlântica de liberdade.
- Independência do Brasil não foi um dia sem guerra.
- Como algodão conecta fábrica britânica e escravidão americana.
- O que diferencia colônia, companhia, tratado desigual e colonização de povoamento.
- Reformas otomanas não foram simples cópias europeias.
- Por que a Revolução Industrial não tem causa única.
- O Tratado de Waitangi e a política da tradução.

E.15 Questões de revisão

1. Por que o resultado de 1850 não deve ser projetado sobre 1700?
2. Como Qing combinou burocracia chinesa e instituições manchus?
3. Por que a Companhia dependia de recursos e soldados indianos?
4. Qual diferença entre proibir tráfico e abolir escravidão?
5. Como a Revolução Haitiana ampliou direitos atlânticos?
6. Por que independência política não garante cidadania igual?
7. Que fatores se combinam na industrialização britânica?
8. Como trabalho livre pode permanecer vulnerável sem ser escravidão?
9. Por que sakoku não significa isolamento completo?
10. O que torna um tratado desigual?
11. Como mapas apagam soberanias indígenas?
12. Em 1850, quais impérios ainda eram centrais?

E.16 Rubrica para avaliar uma resposta

Critério	Excelente	Satisfatório	Precisa revisão
Cronologia	Situa processo antes e depois da data	Usa datas corretas	Trata data como começo ou fim absoluto
Evidência	Identifica autor, gênero e limite	Cita fonte com cautela	Repete documento como verdade neutra
Comparação	Compara mecanismo e explica diferença	Nota semelhança geral	Faz ranking de civilizações
Agência	Localiza escolhas sob restrições	Menciona resistência	Apaga atores locais ou distribui culpa indiscriminadamente
Escala	Liga comunidade, Estado, império e mundo	Mantém escala coerente	Salta do caso local para regra global
Incerteza	Distingue seguro, provável e debatido	Usa cautela ocasional	Apresenta estimativa como número exato

Integridade acadêmica: Adaptação autoral reorganiza a síntese, retorna às fontes, acrescenta interpretação própria e mantém referências verificáveis. Trocar palavras sem compreender o argumento não cria autoria.

Bibliografia comentada

História global, impérios e comparação

BAYLY, C. A. *The Birth of the Modern World, 1780-1914*. Blackwell, 2004. Síntese global influente sobre conexões, Estado e mudança social.

BENTON, Lauren. *A Search for Sovereignty: Law and Geography in European Empires, 1400-1900*. Cambridge University Press, 2010. Explica corredores, enclaves e jurisdições irregulares.

BURBANK, Jane; COOPER, Frederick. *Empires in World History: Power and the Politics of Difference*. Princeton University Press, 2010. Compara estratégias imperiais de governo da diferença.

CONRAD, Sebastian. *What Is Global History?* Princeton University Press, 2016. Guia metodológico para conexões e escalas.

COOPER, Frederick. *Colonialism in Question*. University of California Press, 2005. Discute conceitos de identidade, modernidade e globalização com precisão histórica.

DARWIN, John. *After Tamerlane: The Global History of Empire since 1405*. Bloomsbury, 2007. Narrativa de longa duração sobre persistência imperial.

DARWIN, John. *Unfinished Empire: The Global Expansion of Britain*. Bloomsbury, 2012. Interpreta expansão britânica como processo irregular e negociado.

HOBSBAWM, Eric. *The Age of Revolution, 1789-1848*. Vintage, edições diversas. Síntese clássica; deve ser complementada por historiografia global e colonial recente.

OSTERHAMMEL, Jürgen. *The Transformation of the World: A Global History of the Nineteenth Century*. Princeton University Press, 2014. Obra ampla sobre mobilidade, Estado, trabalho e conhecimento.

POMERANZ, Kenneth; TOPIK, Steven. *The World That Trade Created*. Routledge, edições diversas. Ensaio acessíveis sobre mercadorias e redes globais.

VRIES, Peer. *Escaping Poverty: The Origins of Modern Economic Growth*. Vienna University Press, 2013. Síntese comparativa sobre crescimento econômico moderno e divergências regionais; útil em contraponto a Pomeranz e Parthasarathi.

Qing, Japão, Coreia e mares asiáticos

CROSSLEY, Pamela Kyle. *A Translucent Mirror: History and Identity in Qing Imperial Ideology*. University of California Press, 1999. Analisa identidades e linguagens multiétnicas Qing.

FAIRBANK, John K. *Trade and Diplomacy on the China Coast*. Harvard University Press, 1953. Estudo clássico sobre sistema de tratados; usar com revisões recentes.

JANSEN, Marius B. *The Making of Modern Japan*. Harvard University Press, 2000. Síntese extensa da ordem Tokugawa à transformação Meiji.

LOVELL, Julia. *The Opium War*. Picador, 2011. Integra guerra, memória e relações sino-britânicas.

MILLWARD, James A. *Eurasian Crossroads: A History of Xinjiang*. Columbia University Press, 2007. História regional indispensável para expansão Qing.

PERDUE, Peter C. *China Marches West*. Harvard University Press, 2005. Estudo decisivo da conquista Qing na Ásia interior.

PLATT, Stephen R. *Imperial Twilight*. Knopf, 2018. Reconstrói Cantão, comércio e decisões anteriores à Guerra do Ópio.

ROWE, William T. *China's Last Empire: The Great Qing*. Harvard University Press, 2009. Síntese institucional e social acessível.

TOBY, Ronald P. *State and Diplomacy in Early Modern Japan*. Stanford University Press, 1984. Corrige a noção de isolamento Tokugawa.

WONG, R. Bin. *China Transformed*. Cornell University Press, 1997. Comparação entre desenvolvimento estatal chinês e europeu.

BERRY, Mary Elizabeth. *Japan in Print: Information and Nation in the Early Modern Period*. University of California Press, 2006. Estuda a expansão da informação impressa e a construção de horizontes nacionais no Japão Tokugawa.

HABOUSH, JaHyun Kim. *The Confucian Kingship in Korea: Yŏngjo and the Politics of Sagacity*. Columbia University Press, 2001. Analisa realza, retórica confuciana e política na Coreia do século XVIII.

LIEBERMAN, Victor. *Strange Parallels: Southeast Asia in Global Context, c. 800-1830*. 2 vols. Cambridge University Press, 2003 e 2009. Comparação de longa duração entre Sudeste Asiático e outras regiões eurasiáticas.

WOODSIDE, Alexander. *Vietnam and the Chinese Model: A Comparative Study of Vietnamese and Chinese Government in the First Half of the Nineteenth Century*. Harvard University Press, 1971. Comparação institucional clássica para Vietnã e China; deve ser lida com historiografia posterior.

POLACHEK, James M. *The Inner Opium War*. Harvard University Asia Center, 1992. Estuda os conflitos políticos internos Qing associados à crise do ópio e à guerra.

CHEN, Song-Chuan. *Merchants of War and Peace: British Knowledge of China in the Making of the Opium War*. Hong Kong University Press, 2017. Reconstrói como conhecimento, interesses mercantis e percepções britânicas contribuíram para a guerra.

Sul da Ásia e governo de companhia

- ALAVI, Seema. *The Sepoys and the Company*. Oxford University Press, 1995. Analisa recrutamento e cultura militar de soldados indianos.
- BAYLY, C. A. *Indian Society and the Making of the British Empire*. Cambridge University Press, 1988. Mostra como redes indianas moldaram o Estado colonial.
- DALRYMPLE, William. *The Anarchy*. Bloomsbury, 2019. Narrativa documentada da ascensão territorial da EIC, adequada como entrada.
- MARSHALL, P. J. *Bengal: The British Bridgehead*. Cambridge University Press, 1987. Examina formação do poder britânico em Bengala.
- PARTHASARATHI, Prasannan. *Why Europe Grew Rich and Asia Did Not*. Cambridge University Press, 2011. Compara trabalho, têxteis e energia na grande divergência.
- TRAVERS, Robert. *Ideology and Empire in Eighteenth-Century India*. Cambridge University Press, 2007. Estuda como britânicos reinterpretaram soberania mogol.
- WASHBROOK, David. *India, 1818-1860: The Two Faces of Colonialism*. Em *Oxford History of the British Empire*. Analisa expansão e limites do Estado colonial.

Otomanos, Egito, Irã e Rússia

- AKSAN, Virginia H. *Ottoman Wars, 1700-1870*. Routledge, 2007. Integra reforma, logística e transformação militar.
- AMANAT, Abbas. *Iran: A Modern History*. Yale University Press, 2017. Síntese ampla do Irã qajar e suas heranças.
- ETKIND, Alexander. *Internal Colonization*. Polity, 2011. Interpretação provocadora da expansão e coerção russas.
- FAHMY, Khaled. *All the Pasha's Men*. American University in Cairo Press, 1997. Reconstrói exército e Estado de Muhammad Ali a partir de seus custos sociais.
- HUGHES, Lindsey. *Russia in the Age of Peter the Great*. Yale University Press, 1998. Estudo detalhado de reforma, sociedade e cultura.
- KOLLMANN, Nancy Shields. *The Russian Empire, 1450-1801*. Oxford University Press, 2017. Síntese de governo, lei e expansão.
- LIEVEN, Dominic. *Empire: The Russian Empire and Its Rivals*. Yale University Press, 2000. Compara recursos e estratégias imperiais.
- QUATAERT, Donald. *The Ottoman Empire, 1700-1922*. Cambridge University Press, 2005. Introdução concisa que rejeita declínio simples.
- SUNDERLAND, Willard. *Taming the Wild Field*. Cornell University Press, 2004. Explica colonização da estepe russa.
- TEZCAN, Baki. *The Second Ottoman Empire*. Cambridge University Press, 2010. Reinterpreta transformação política dos séculos XVII e XVIII.
- HANIOĞLU, M. Şükrü. *A Brief History of the Late Ottoman Empire*. Princeton University Press, 2008. Síntese do período 1789-1918, especialmente útil para reformas e transformação do Estado otomano.
- HARTLEY, Janet M. *Siberia: A History of the People*. Yale University Press, 2014. História social da expansão, colonização, exílio e vida cotidiana na Sibéria ao longo de quatro séculos.

África, escravidão e abolição

- AJAYI, J. F. Ade, ed. *General History of Africa*, vol. VI: *Africa in the Nineteenth Century until the 1880s*. UNESCO, 1989. Síntese coletiva centrada em processos africanos.
- BROWN, Christopher Leslie. *Moral Capital: Foundations of British Abolitionism*. University of North Carolina Press, 2006. Analisa política e legitimidade abolicionista.
- DRESCHER, Seymour. *Abolition: A History of Slavery and Antislavery*. Cambridge University Press, 2009. Comparação global de escravidão e abolição.
- ELTIS, David; RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. Yale University Press, 2010. Mapas e estimativas baseadas no projeto *SlaveVoyages*.
- HAMILTON, Carolyn, ed. *The Mfecane Aftermath*. Wits University Press, 1995. Reúne debate sobre história da África austral.

LAST, Murray. The Sokoto Caliphate. Longman, 1967. Estudo clássico de formação e instituições de Sokoto.

LOVEJOY, Paul E. Transformations in Slavery. Cambridge University Press, 3. ed., 2011. Analisa regimes africanos e conexões externas.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835. Companhia das Letras, edições diversas. Reconstrução rigorosa de política africana e urbana na Bahia.

SOARES, Marisa de Carvalho. Devotos da cor. Civilização Brasileira, 2000. Estuda identidade, religião e africanos no Rio colonial.

THORNTON, John K. Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1800. Cambridge University Press, 2. ed., 1998. Centraliza instituições africanas na formação atlântica.

WILKS, Ivor. Asante in the Nineteenth Century. Cambridge University Press, 1975. Análise clássica de governo, economia e expansão Asante.

Revoluções atlânticas e independências

ADELMAN, Jeremy. Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic. Princeton University Press, 2006. Conecta crise dinástica e independências ibero-americanas.

ARMITAGE, David. The Declaration of Independence: A Global History. Harvard University Press, 2007. Segue circulação internacional de linguagem de independência.

DUBOIS, Laurent. Avengers of the New World. Harvard University Press, 2004. Síntese acessível e rigorosa da Revolução Haitiana.

FERRER, Ada. Freedom's Mirror. Cambridge University Press, 2014. Compara Haiti, Cuba e a política da escravidão.

HUNT, Lynn. Politics, Culture, and Class in the French Revolution. University of California Press, 1984. Analisa símbolos e cultura política.

JAMES, C. L. R. The Black Jacobins. Vintage, edições diversas. Obra clássica que recolocou Haiti no centro; ler com estudos posteriores.

LYNCH, John. The Spanish American Revolutions, 1808-1826. W. W. Norton, 2. ed., 1986. Síntese política tradicional, útil quando complementada por história social.

PIMENTA, João Paulo. Independência do Brasil e a experiência hispano-americana. Hucitec, 2015. Insere a separação brasileira em contexto continental.

RODRÍGUEZ O., Jaime E. The Independence of Spanish America. Cambridge University Press, 1998. Enfatiza crise constitucional e mundo hispânico.

TAYLOR, Alan. American Revolutions. W. W. Norton, 2016. Integra escravidão, povos indígenas e guerra civil à independência.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. The Aftermath of Revolution in Latin America. Harper & Row, 1973. Síntese clássica sobre os problemas políticos e sociais do pós-independência hispano-americano.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. Companhia das Letras, 2015. Síntese ampla da história brasileira, útil para a independência quando combinada com estudos especializados.

Europa, Iluminismos e Napoleão

BROERS, Michael. Europe Under Napoleon, 1799-1815. Arnold, 1996. Examina administração e ocupação continental.

DARNTON, Robert. The Literary Underground of the Old Regime. Harvard University Press, 1982. Estuda circulação clandestina e cultura impressa.

DOYLE, William. The Oxford History of the French Revolution. Oxford University Press, edições diversas. Síntese narrativa com atenção institucional.

GOODMAN, Dena. The Republic of Letters. Cornell University Press, 1994. Analisa salões, gênero e Iluminismo francês.

JARRETT, Mark. The Congress of Vienna and Its Legacy. I.B. Tauris, 2013. Reconstrói diplomacia e sistema de congressos.

MUTHU, Sankar. Enlightenment Against Empire. Princeton University Press, 2003. Recupera críticas iluministas ao imperialismo.

OUTRAM, Dorinda. The Enlightenment. Cambridge University Press, edições diversas. Introdução equilibrada a ideias e práticas.

SPERBER, Jonathan. The European Revolutions, 1848-1851. Cambridge University Press, 2. ed., 2005. Estudo comparativo de revolução e reação.

- WOLOCH, Isser. *Napoleon and His Collaborators*. W. W. Norton, 2001. Mostra administração napoleônica como obra coletiva.
- ISRAEL, Jonathan I. *Radical Enlightenment: Philosophy and the Making of Modernity, 1650-1750*. Oxford University Press, 2001. Interpretação influente sobre correntes radicais do Iluminismo e suas redes intelectuais.
- ROTHSCHILD, Emma. *Economic Sentiments: Adam Smith, Condorcet, and the Enlightenment*. Harvard University Press, 2001. Reavalia economia política, sentimento moral e pensamento iluminista.
- DWYER, Philip. *Napoleon: The Path to Power*. Yale University Press, 2009. Biografia política e militar da ascensão de Napoleão, útil quando combinada com estudos institucionais e imperiais.

Industrialização, trabalho e ambiente

- ALLEN, Robert C. *The British Industrial Revolution in Global Perspective*. Cambridge University Press, 2009. Explicação por salários, energia e incentivos; permanece debatida.
- BECKERT, Sven. *Empire of Cotton*. Knopf, 2014. Conecta algodão, escravidão, indústria e império.
- BERG, Maxine. *The Age of Manufactures, 1700-1820*. Routledge, 2. ed., 1994. Destaca inovação anterior à fábrica plena.
- GRIFFIN, Emma. *Liberty's Dawn*. Yale University Press, 2013. Usa autobiografias de trabalhadores para discutir experiência industrial.
- MOKYR, Joel. *The Enlightened Economy*. Yale University Press, 2009. Enfatiza conhecimento e cultura técnica britânica.
- POMERANZ, Kenneth. *The Great Divergence*. Princeton University Press, 2000. Obra central sobre comparações entre Europa e Ásia, carvão e colônias.
- RIOUX, Jean-Pierre. *The Industrial Revolution, 1780-1880*. Secker & Warburg, 1971. Síntese europeia clássica, útil com literatura global recente.

Povos indígenas e colonização de povoamento

- HÄMÄLÄINEN, Pekka. *Indigenous Continent*. Liveright, 2022. Reinterpreta a América do Norte pela centralidade do poder indígena.
- ORANGE, Claudia. *The Treaty of Waitangi*. Bridget Williams Books, edições diversas. Introdução fundamental às versões e disputas do tratado.
- PRICE, Richard. *Making Empire: Colonial Encounters and the Creation of Imperial Rule in Nineteenth-Century Africa*. Cambridge University Press, 2008. Analisa fronteira do Cabo e formação imperial.
- REYNOLDS, Henry. *The Other Side of the Frontier*. UNSW Press, edições diversas. Centraliza resistência aborígene na história australiana.
- VERACINI, Lorenzo. *Settler Colonialism: A Theoretical Overview*. Palgrave Macmillan, 2010. Apresenta conceitos e limites comparativos.
- WOLFE, Patrick. *Settler Colonialism and the Transformation of Anthropology*. Cassell, 1999. Obra teórica influente sobre substituição e terra.

Fontes primárias em edições modernas

- ADAMS, Abigail; ADAMS, John. *Correspondência em edições críticas e no Massachusetts Historical Society*. Permite estudar gênero, guerra e política doméstica.
- BOLÍVAR, Simón. *Escritos políticos e cartas em edições críticas*. Devem ser comparados com arquivos regionais e vozes de soldados e comunidades.
- BRITISH PARLIAMENT. *Debates e inquéritos sobre fábricas, abolição e Guerra do Ópio*. Fontes institucionais que registram conflito, não consenso nacional.
- HAITIAN CONSTITUTIONS. *Constituições de 1801, 1805 e posteriores em edições acadêmicas*. Revelam mudanças de soberania, raça e propriedade.
- LIN ZEXU. *Carta à rainha Vitória, 1839, em edições pedagógicas comentadas*. Fonte de argumentação Qing sobre lei e comércio.
- QIANLONG EMPEROR. *Editos em resposta à missão Macartney, 1793*. Devem ser lidos com protocolos diplomáticos e documentação comercial.

SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, 1776. Fonte de economia política, não descrição neutra de mercados.

TRATADO DE WAITANGI. Textos em inglês e te reo Māori, 1840. Comparação linguística é indispensável.

TRATADO DE NANJING. Texto de 1842 e suplementos. Deve ser distinguido de concessões posteriores.

Fontes digitais, cursos, aulas e documentários sérios

Critérios de seleção

Os recursos abaixo pertencem a arquivos, bibliotecas, museus, universidades, organismos científicos ou emissoras públicas. Instituição reconhecida não elimina viés: verifique autoria, curadoria, bibliografia, data, contexto e licença. Disponibilidade de vídeos pode variar por país. Documentário é introdução audiovisual e deve ser confrontado com monografias e fontes.

Revoluções atlânticas e Américas

[Stanford e Bibliothèque nationale de France - French Revolution Digital Archive](#)

[Stanford - Archives Parlementaires digitalizados da Revolução Francesa](#)

[Gallica, Bibliothèque nationale de France - livros, jornais, gravuras e mapas](#)

[Library of Congress - guia Freedom in the Black Diaspora sobre Haiti](#)

[Library of Congress - fontes primárias para história haitiana](#)

[United States National Archives - documentos fundadores](#)

[Founders Online, National Archives - correspondência política dos Estados Unidos](#)

[Avalon Project, Yale Law School - documentos jurídicos e diplomáticos](#)

[Massachusetts Historical Society - Adams Papers Digital Edition](#)

[Biblioteca Nacional Digital do Brasil - livros, mapas, jornais e iconografia](#)

[Brasiliana USP - livros, mapas e manuscritos digitalizados](#)

[Arquivo Nacional do Brasil - acervos e exposições](#)

[Biblioteca Nacional de Portugal - coleções digitais](#)

[PARES - Portal de Archivos Españoles](#)

África, escravidão e abolições

[UNESCO - História Geral da África, volumes e materiais pedagógicos](#)

[UNESCO Digital Library - História Geral da África, volume VI](#)

[SlaveVoyages - banco de dados, mapas e metodologia do tráfico atlântico](#)

[Enslaved.org - dados relacionais sobre pessoas e lugares da escravidão](#)

[UCL Legacies of British Slavery - propriedades, indenizações e biografias](#)

[The National Archives do Reino Unido - fontes pedagógicas sobre escravidão](#)

[UNESCO - Routes of Enslaved Peoples](#)

[Smithsonian National Museum of African Art - coleções e pesquisa](#)

[British Library Endangered Archives Programme - acervos africanos e asiáticos](#)

Índia, império Otomano, Irã e Rússia

[British Library - guia dos India Office Records](#)

[British Library - Asian and African Studies collections](#)

[Qatar Digital Library - arquivos do golfo Pérsico e do oceano Índico](#)

[SOAS Digital Collections - manuscritos, fotografias e arquivos asiáticos e africanos](#)

[SALT Research - acervos digitais do mundo otomano e Turquia](#)

[Presidential Library da Rússia - coleções históricas digitais](#)

[Library of Congress - Russian Empire collections and guides](#)

China, Japão e Coreia

[Columbia Asia for Educators - fontes primárias sobre China](#)

[Columbia Asia for Educators - Guerra do Ópio e tratados](#)

[Columbia Asia for Educators - curso e materiais China 1750-1919](#)

[MIT Visualizing Cultures - Canton Trade e Guerras do Ópio](#)

[National Diet Library do Japão - exposições e coleções digitais](#)

[National Archives of Japan - arquivo digital](#)

[National Institute of Korean History - Korean History Database](#)

Povos indígenas e Pacífico

[Smithsonian Native Knowledge 360 - materiais com perspectivas indígenas](#)

[Library of Congress - Native American history and culture collections](#)

[Waitangi Tribunal - os dois textos e o significado do tratado](#)

[Waitangi Tribunal - versões Māori e inglesa do Tratado de Waitangi](#)

[National Library of New Zealand - Papers Past](#)

[National Library of Australia - Australian Joint Copying Project](#)

[Trove, National Library of Australia - jornais, imagens e acervos](#)

[National Archives of Australia - pesquisa no acervo](#)

Indústria, trabalho e vida urbana

[Science Museum Group Collection - máquinas, energia e indústria](#)

[Science Museum - ambiente e industrialização](#)

[Old Bailey Online - processos de Londres, 1674-1913](#)

[UK Parliament Living Heritage - história parlamentar e reformas](#)

[The National Archives - recursos sobre Revolução Industrial](#)

Cursos e aulas abertas

[Open Yale Courses - European Civilization, 1648-1945](#)

[MIT OpenCourseWare - The World: 1400-Present](#)

[Columbia Asia for Educators - vídeos de história asiática](#)

[UNESCO - recursos educativos da História Geral da África](#)

Séries e documentários recomendados

[PBS American Experience - The Abolitionists](#)

[PBS - Africans in America, série e arquivo pedagógico](#)

[PBS - Black in Latin America](#)

[PBS - Native America, arqueologia, história e comunidades indígenas](#)

[PBS - Africa's Great Civilizations](#)

[Open Yale Courses - aulas em vídeo sobre revoluções, Estado e sociedade](#)

[SBS - First Australians, série documental](#)

Como avaliar um vídeo histórico

- Confirme quem são os especialistas e se existe bibliografia de apoio.
- Diferencie reconstituição dramática, imagem de arquivo e objeto contemporâneo.
- Desconfie de roteiro com povo único, herói solitário ou tecnologia invencível.
- Verifique se mapa distingue reivindicação, influência, tratado e governo.
- Compare uma afirmação importante com monografia ou fonte institucional.
- Registre episódio, minuto e afirmação antes de citar no blog.

Direitos de uso: Links podem ser citados, mas imagens, mapas, áudios e vídeos possuem licenças próprias. Confirme direitos no item específico; o nome público de uma instituição não coloca todo o acervo em domínio público.

Roteiro de estudo em oito semanas

Semana 1 - Método e mundo de 1700

Leia a apresentação e os capítulos 1 e 2. Construa um quadro com Qing, Mogol, Otomano, Rússia, cinco formações africanas e impérios atlânticos. Para cada um, anote receita, trabalho e intermediário.

Produto: texto de uma página explicando por que 1700 não continha um vencedor inevitável.

Semana 2 - Ásia oriental e Sul da Ásia

Leia os capítulos 3, 4 e 5. Compare Qing, Tokugawa e Companhia na Índia sem usar fechado, decadente ou moderno como explicação. Consulte dois documentos do Asia for Educators.

Produto: matriz entre regulação comercial, soberania e força.

Semana 3 - Otomanos, Rússia e África

Leia os capítulos 6, 7 e 8. Escolha duas reformas e duas expansões. Identifique quem financiou, quem resistiu e que instituição local permaneceu.

Produto: artigo curto, Reforma não é cópia: quatro casos de 1700-1850.

Semana 4 - Escravização e abolição

Leia o capítulo 9 e use SlaveVoyages com filtros registrados. Combine dados agregados com uma narrativa individual e uma obra da bibliografia.

Produto: gráfico reproduzível, nota metodológica e parágrafo centrado nas pessoas.

Semana 5 - Iluminismos e revoluções atlânticas

Leia os capítulos 10 e 11. Compare declarações e constituições dos Estados Unidos, França e Haiti. Marque sujeito dos direitos, propriedade e exclusões.

Produto: quadro mito versus evidência sobre universalismo.

Semana 6 - Independências e ordem europeia

Leia os capítulos 12 e 13. Construa cronologia de 1808 a 1825 com Brasil, México, Andes, Haiti, Grécia e Congresso de Viena.

Produto: ensaio de 900 palavras sobre independência, guerra e continuidade.

Semana 7 - Indústria e novas colonizações

Leia os capítulos 14, 15 e 16. Siga algodão da plantação à fábrica e compare três formas coloniais: companhia, assentamento e tratado desigual.

Produto: fluxograma com custos humanos, energéticos e políticos.

Semana 8 - Síntese e publicação

Leia o capítulo 17 e os apêndices B e C. Escolha quatro formações coexistentes em 1850 e compare capacidades sem ranking. Revise cada afirmação de escala global.

Produto: artigo de blog entre 1.500 e 2.000 palavras, cinco referências, dois links de fonte primária e legenda de direitos para cada imagem.

Checklist final de estudo

1. Diferencio revolução, reforma, independência e restauração?
2. Explico a Companhia como governo construído com recursos indianos?
3. Reconheço Haiti como revolução central, não nota lateral?
4. Comparo abolição legal e coerções posteriores sem equipará-las?
5. Explico industrialização por combinação de fatores?
6. Distingo colonização de povoamento, enclave e tratado desigual?
7. Localizo pelo menos cinco formações africanas por instituições próprias?
8. Sei por que Qing, Tokugawa e Joseon não eram sociedades isoladas?
9. Uso estimativas como estimativas e registro filtros?
10. Verifico licença de cada imagem antes de publicar?

Encerramento e ponte para o Volume 11

Por volta de 1850, o mundo estava mais integrado e desigual, mas permanecia imperial e policêntrico. A passagem ao Volume 11 será tratada como continuidade e mudança de escala, não como ruptura súbita: indústria, finanças e poder naval britânicos haviam criado vantagens decisivas, enquanto Qing enfrentava tratados e grandes rebeliões, Rússia e Otomanos ampliavam reformas, Estados americanos disputavam escravidão, cidadania e fronteiras, e sociedades africanas continuavam a formar Estados e redes diante de pressões comerciais crescentes.

O Volume 11 poderá examinar c. 1850-1914: industrialização ampliada, nacionalismos, abolições, migrações, imperialismo de alta intensidade e resistências. A pergunta orientadora será como Estados e empresas converteram tecnologia, finanças e ideologias raciais em conquista territorial, enquanto povos colonizados criaram reformas, alianças e movimentos políticos próprios.

Continuidade da coleção: O próximo volume não começará com uma Europa simplesmente vitoriosa. Partirá de vantagens desiguais ainda contestadas e acompanhará como conquista, indústria, nacionalismo e resistência transformaram o mapa até a Primeira Guerra Mundial.